



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

GABRIEL GARCIA SOUZA DA SILVA

DAS ARMAS AO PLENÁRIO

**Um estudo de caso da dominação da Família Guimarães na Zona Oeste carioca nos anos 2000 -
2010**

**TERESINA
2024**

GABRIEL GARCIA SOUZA DA SILVA

DAS ARMAS AO PLENÁRIO

Um estudo de caso da dominação da Família Guimarães na Zona Oeste carioca nos anos 2000 - 2010

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Elton Gomes.

TERESINA
2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

S586d Silva, Gabriel Garcia Souza da.
Das armas ao plenário : um estudo de caso da dominação da
Família Guimarães na Zona Oeste carioca nos anos 2000-2010 /
Gabriel Garcia Souza da Silva. -- 2024.
55 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras,
Bacharelado em Ciência Política, Teresina, 2024.
“Orientador: Prof. Dr. Elton Gomes”.

1. Milícias. 2. Guimarães. 3. Paramilitares. 4. Narcotráfico.
5. Parlamentares. I. Gomes, Elton. II. Título.

CDD 320

GABRIEL GARCIA SOUZA DA SILVA

DAS ARMAS AO PLENÁRIO

**Um estudo de caso da dominação da Família Guimarães na Zona Oeste carioca nos anos 2000 -
2010**

Aprovado no dia: 14/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elton Gomes

Presidente da Banca – Orientador
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Cléber Ranieri Ribas de Almeida

Membro da Banca
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Marcondes Brito da Costa

Membro da Banca
Universidade Federal do Piauí

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra a todos os moradores de comunidades sitiadas pelas milícias, as quais submetem os cidadãos a um regime paralelo que resulta no cerceamento de direitos básicos, desterritorialização forçada, extorsões, assassinatos, perda de entes queridos e profundas feridas que jamais serão saradas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que me fortaleceu diante de todas as dificuldades e com seus ensinamentos, me fizeram um ser humano melhor.

Aos meus pais, Alfredo e Efigênia, que sempre se sacrificaram por mim e apoiaram incondicionalmente as minhas decisões.

À minha esposa, Miriã, pelo abraço reconfortante, a compreensão, esforços e constante apoio frente aos desafios cotidianos.

Ao meu professor orientador, Elton Gomes, pelo incentivo inicial, acompanhamento e assessoramento com extensa bagagem intelectual e biográfica.

À esta pesquisa, que fez-me compreender as dores do meu próximo e me ensinou a olhar para uma sociedade mais complexa do que a minha vivência e minha formação militar me permitiam enxergar.

RESUMO

Garcia, Gabriel. **DAS ARMAS AO PLENÁRIO - Um estudo de caso da dominação da Família Guimarães na Zona Oeste carioca nos anos 2000**. 2023. f. Trabalho de Conclusão de Curso - (Bacharelado em Ciência Política). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2023.

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a interseção entre a esfera política e os grupos paramilitares, denominados “Milícias”, que operam em todo o Estado do Rio de Janeiro. O estudo busca desvendar o perfil típico dos políticos que mantêm vínculos com esses grupos armados e que, até mesmo, emergem deles, analisando suas origens, áreas de atuação, trajetórias políticas e estratégias de captação de votos. Dentro do contexto das milícias cariocas, são analisadas a ascensão de membros da família Guimarães até os cargos legislativos, figuras relevantes nas comunidades de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, bairros altamente populosos da zona oeste carioca. A partir dos anos 2000, os irmãos Jerominho e Natalino Guimarães tornaram-se precursores do movimento miliciano no território citado, onde fundaram a maior milícia do Brasil, a “Liga da Justiça”. Neste período, os Guimarães desenvolveram métodos altamente eficientes para a influenciar as dinâmicas democráticas locais, as quais os projetaram para a carreira legislativa. Esse domínio perdurou até a conclusão do relatório da CPI das Milícias, em 2008, que culminou na cassação dos mandatos e consecutivamente, na prisão dos irmãos Guimarães. Suas prisões geraram profundas transformações na gestão do grupo paramilitar, culminando em uma 2ª geração de novos milicianos não-militares e associados ao narcotráfico. Este trabalho se utiliza de um arcabouço teórico e histórico fundamentados pelos pesquisadores Ignácio Cano e José Cláudio Souza Alves, os quais estudam os movimentos sociais decorrentes do fenômeno miliciano desde sua origem. Para atingir tal objetivo, realiza-se uma revisão bibliográfica sobre a produção de institutos de pesquisa como GENI-UFF, Fogo Cruzado e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, relatórios do Disque-denúncia e do relatório oficial da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o envolvimento de parlamentares com as milícias, entrevistas, artigos científicos atinentes à temática, além de excertos de entrevistas realizadas com moradores locais. Nos resultados da pesquisa constatou-se que as trajetórias das figuras mais proeminentes se iniciam em instituições de segurança pública do Estado e que possuem maior influência em áreas periféricas, onde o Estado não possui grande interferência. Além disso, constatou-se uma forte influência local para a expansão do poder político ao projetar e eleger membros da família.

Palavras-chave: Milícias, Guimarães, Paramilitares, Narcotráfico, Parlamentares.

ABSTRACT

Garcia, Gabriel. **FROM GUNS TO THE PLENARY A Case Study of the Domination of the Guimarães Family in the Western Zone of Rio de Janeiro in the 2000s**. 2023. f. Course Completion Work - (Bachelor's Degree in Political Science). Federal University of Piauí. Teresina, 2023.

This research aims to investigate the intersection between the political sphere and paramilitary groups, known as "Militias," that operate throughout the state of Rio de Janeiro. The study seeks to uncover the typical profile of politicians who maintain ties with these armed groups and who even emerge from them, analyzing their backgrounds, areas of operation, political trajectories, and voter recruitment strategies. Within the context of Rio de Janeiro's militias, the rise of members of the Guimarães family to legislative positions is examined, focusing on significant figures in the communities of Campo Grande, Santa Cruz, and Guaratiba, highly populated neighborhoods in the western zone of Rio de Janeiro. From the 2000s onwards, brothers Jerominho and Natalino Guimarães became pioneers of the militia movement in the mentioned territory, where they founded Brazil's largest militia, the "Liga da Justiça" (League of Justice). During this period, the Guimarães brothers developed highly efficient methods to influence local democratic dynamics, which propelled them to legislative positions. This dominance lasted until the conclusion of the CPI das Milícias (Militias Parliamentary Commission of Inquiry) report in 2008, which resulted in the impeachment of their mandates and subsequently, the imprisonment of the Guimarães brothers. Their imprisonments generated profound transformations in the management of the paramilitary group, culminating in a 2nd generation of new non-military members associated with drug trafficking. To achieve this goal, data from research institutes GENI-UFF, Fogo Cruzado, and the Brazilian Public Security Forum, reports from Disque-denúncia (a crime reporting hotline), and the official report of the Congressional Committee investigating the involvement of parliamentarians with militias, interviews, scientific articles relevant to the topic, as well as excerpts from interviews with local residents are used. The research results showed that the trajectories of the most prominent figures in the region begin in state public security institutions, which have higher levels of reliability in Brazilian society. Additionally, there was a strong local influence for the expansion of political power by projecting and electing family members.

Keywords: Militias, Guimarães, Paramilitaries, Narcotrafficking, Parliamentarians.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- **AMAN:** Academia Militar das Agulhas Negras
- **FBSP:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- **PCRJ:** Polícia Civil do Rio de Janeiro
- **PMERJ:** Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- **DRACO:** Delegacia Regional de Ações Criminosas Organizadas
- **TC:** Terceiro Comando
- **TCP:** Terceiro Comando Puro
- **CV ou CVRL:** Comando Vermelho
- **ADA:** Amigos dos Amigos
- **RISP:** Regiões Integradas de Segurança Pública
- **AISP:** Áreas Integradas de Segurança Pública
- **CISP:** Circunscrições Integradas de Segurança Pública
- **SDR:** Serviço de Diligências Reservadas
- **SNI:** Serviço Nacional de Inteligência
- **UDN:** União Desenvolvementista Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OS ANTECEDENTES DAS MILÍCIAS	13
2.1. A Baixada fluminense como berço das milícias	13
2.2. O Pensamento Social Policial	19
3. ATUAÇÃO E CONTROLE DA ZONA OESTE.....	24
3.1. Mapeamento do domínio.....	25
3.2. Sob o olhar do sitiado.....	27
4. OS GUIMARÃES	35
4.1. A família “Coração Valente”	35
4.2. Desempenho parlamentar	43
4.3. A Comissão Parlamentar de Inquérito	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6. REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

A democracia é um dos pilares fundamentais da maioria das sociedades ocidentais. Ela pressupõe a participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões políticas, garantindo direitos e liberdades individuais. No entanto, um fenômeno preocupante tem colocado em risco esse sistema político, especificamente, no Rio de Janeiro: a atuação das milícias. Segundo Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro, realizado em 2019, as milícias detinham o controle de 57,5% do território carioca, submetendo mais de 2 milhões de pessoas ao comando de um poder paralelo que se emprega usurpando o monopólio no uso legítimo da força, que é exclusivo do Estado (WEBER, 1922).

As milícias são grupos armados que surgiram em comunidades carentes, inicialmente, com o objetivo de combater o crime organizado e garantir a segurança local. No entanto, ao longo do tempo, esses grupos foram se infiltrando nas estruturas de poder, estabelecendo um verdadeiro governo paralelo e se estruturando como crime organizado. A ineficácia das políticas de segurança pública fragilizam as relações e a qualidade de vida em qualquer sociedade, no entanto, os mais afetados são, em imensa maioria, as populações periféricas, que diuturnamente são expostas a violência (policial e das facções criminosas), as vulnerabilidades socioeconômicas e a ausência do fornecimento de serviços básicos pelo Estado.

O antropólogo Luiz Eduardo Soares (2000), em sua vasta experiência na gestão de secretarias de segurança, afirma que, na prática, o Estado não possui uma lei universalista, pois as leis e direitos não reagem de forma homogênea em todo o território. Em áreas pobres, a ação policial é a mais truculenta e violenta possível. Neste vácuo de governabilidade, as milícias apresentam-se, inicialmente, como detentoras da ordem e disciplina, conquistando o ideário popular com um discurso de salvação da comunidade das facções criminosas.

No Brasil, o termo “milícia” não é um consenso entre os estudiosos da comunidade acadêmica, no entanto, o termo é referente à formação de grupos compostos por profissionais e ex-agentes da segurança pública como policiais, bombeiros e agentes penitenciários, majoritariamente, com alguma experiência militar, que assumem ilegalmente a função de proteger e garantir a “segurança” em bairros e comunidades ameaçadas por facções criminosas (ZALUAR, 2007), considerando a ineficiência do Estado em garantir políticas de segurança para as populações periféricas.

Para o delegado Marcus Neves, da 35ª DP (CPI, 2008), as milícias são grupos armados que se constituem por agentes do Poder Público e majoritariamente, pessoas cooptadas nas

comunidades carentes, inclusive ex-trafficantes, que se utilizam da força e do terror para dominar uma determinada região e explora-la ilegalmente com serviços alternativos.

No entanto, o Delegado da DRACO, Cláudio Ferraz afirma que as milícias se enquadram no conceito internacional de crime organizado¹. Seu padrão organizativo e hierarquizado, a racionalidade empresarial aplicada na perspectiva criminal e a acachapante utilização de métodos violentos para atingir o monopólio dos mercados, o enraizamento de suas relações com o poder Público são características muito presentes no modo de atuação das milícias que são inerentes ao crime organizado.

A milícia ascende como um poder que promete a expulsão e mitigação das facções criminosas apresentando-se como alternativa menos violenta e que defende o morador. Os discursos buscavam legitimação popular ao denominar suas ações de “justiçamentos”, punindo os infratores com castigos físicos e até a morte. Esses grupos desenvolvem um *modus operandi* de dominação territorial e econômica, passando a cobrar taxas pela “segurança” dos moradores da comunidade; também impõem, compulsoriamente, o consumo de serviços alternativos como a *Gatonet*, canais por assinatura, internet ilegal, taxaço de circulação dentro das comunidades, monopólio dos transportes que conduzem os moradores, monopólio de vendas de gás e água.

No entanto, isso não se dá apenas pela incapacidade do Estado, e de certa forma, na busca voraz por lucro de empresas fornecedoras desses serviços, as quais sustentavam valores que seletivizavam e cerceavam o acesso de grande parte dos moradores das comunidades a esses produtos, conseqüentemente, esses moradores tornam-se um fértil mercado consumidor das piratarias, dos transportes alternativos e demais serviços clandestinos oferecidos pelas milícias.

Neste contexto, os ex-policiais Jeronimo Guimarães Filho, o Jerominho, e seu irmão, Natalino José Guimarães são expoentes e precursos na aplicação desse modo de atuação nos Bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Barra de Guaratiba. Aproveitando-se de seu respeito na comunidade, juntos desenvolveram a “Liga da Justiça”, que segundo o Jornal BBC², constituía a maior milícia do Rio de Janeiro. Eles cooptaram cerca de 130 indivíduos contando com militares e os vulgarmente conhecidos “PIs” (Pés Inchados), denominação usada para os civis integrantes. Em 2008, o grupo movimentava cerca de 2 milhões de reais e controlava cerca

¹ Primeiro, auto-padrão organizativo; segundo, a racionalidade do tipo de empresário da corporação criminosa que oferece bens e serviços ilícitos, tais como drogas, prostituição, e vem investindo seus lucros em setores legais da economia; terceiro, a utilização de métodos violentos com a finalidade de ocupar posições proeminentes ou ter o monopólio de mercado, obtenção do lucro máximo sem necessidade de realizar grandes investimentos, redução dos custos e controle da mão-de-obra; quarto, valer-se da corrupção da força policial e do Poder Judiciário; quinto, estabelecer relações com o poder político; sexto, utilizar a intimidação e o homicídio, seja para neutralizar a aplicação da lei, seja para obter decisões políticas favoráveis ou para atingir seus objetivos.

de 90% da Região Administrativa de Campo Grande. A lógica empresarial do grupo se estruturava na venda e monopólio de serviços que a população local consome, expulsando as facções do narcotráfico de suas localidades e consolidando seu poder conquistando cargos legislativos.

Para compreender esse movimento paramilitar enraizado nas estruturas oficiais, este estudo de caso se estrutura em 4 capítulos. No primeiro capítulo analisam-se as origens do *modus operandi* miliciano gestado nos anos 60, fundamentando-se sobre os primorosos trabalhos do Prof. José Cláudio Souza Alves e Ignácio Cano além de lançar luz sobre os efeitos que a repressão do período militar refletiram na formação das Forças de Segurança cariocas. No segundo capítulo, delimitam-se as peculiaridades do território dominado pelos Guimarães no período dos anos 2000 a 2007, evidenciando a perspectiva do morador dessas comunidades. No terceiro capítulo, estudar-se-á a capacidade destes indivíduos de conquistar cargos legislativos e como se articulam politicamente para garantir a hegemonia do seu poder sobre as comunidades subjugadas. Por fim, no quarto e último capítulo, apresentam-se as conclusões extraídas de uma profunda análise acerca do fenômeno miliciano.

Por meio de uma robusta pesquisa documental, que conta inclusive, com fontes de imprensa, os quais foram os veículos que exerciam maior pressão e exposição sobre a problemática do poder paramilitar, essa pesquisa se propõe trazer à luz da comunidade científica o projeto de poder ameaçador que Jerominho e Natalino construía sob a égide estatal. Desta forma, objetiva-se subsidiar discussões mais aprofundadas acerca da segurança pública no contexto da Ciência Política, afinal, o movimento acadêmico é a base para o estudo e implementação de novos modelos e políticas (Soares, 2012).

2. OS ANTECEDENTES DAS MILÍCIAS

Neste capítulo apresenta-se a história de figuras relevantes no modelo miliciano, dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense que se tornaram muito populares ao realizar execuções sumárias contra criminosos. Desta forma, pode-se compreender como sua atuação reflete um “heróismo” no pensamento policial contemporâneo e resulta no modo de atuação dos indivíduos que compõe as milícias.

2.1.A baixada fluminense como berço das milícias

Neste capítulo, analiso o contexto histórico que gera o fenômeno miliciano nas áreas periféricas do Estado do Rio de Janeiro, bem como, a idealização do comportamento violento na formação das forças de segurança e a opinião pública local a cerca da justiça paralela dos grupos de extermínio.

Os grupos de extermínios podem ser concebidos como um sistema de segurança e justiça privadas, que se implementa pela compreensão popular da incapacidade do Estado em gerir o controle e mitigar o problema da criminalidade ou pela “rarefação da presença do Estado na Periferia social ou da percepção realista dos vieses discriminatórios que contaminam a ação da autoridade nessas comunidades.” (PAIXÃO, 1991).

E se o sistema punitivista penitenciário não ressocializa e nem reinsere o indivíduo de forma eficiente, define-se uma atribuição ainda mais arbitrária à esses grupos de policiais. Segundo Mello (2021), os policiais envolvidos constituíam uma espécie de tribunal que julgava quem era o “marginal” e caso fosse considerado “irrecuperável”, a sentença era a execução. Estes grupos delimitam uma lógica paralela de justiça, a qual está intrínscamente relacionada as concepções culturais dos que detém o poder. Desta forma, a população local vive sob um sistema altamente preconceituoso e arbitrário, sem freios e contrapesos.

O Prof. José Cláudio Souza Alves, porfícuo estudioso do fenômeno das milícias cariocas, escreve em seu livro “Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense” que esse sistema paralelo impera uma lógica excludente que tende a preferir a ordem à margem da lei do que o caos sob um Estado ausente. Assim, o conceito de justiça torna-se intrínscamente relacionado à prática jurídica e quem aplica as regras de forma mais eficiente nas realidades dos territórios dominados.

As leis vigentes do Estado não possuem o mesmo peso de quem impõe a lei dentro dos limites da comunidade, pois quem se faz cumprir e aplica sanções ao descumprimento delas, são as organizações criminosas. Os impostos que são pagos ao Estado não possuem

tanto senso de urgência quanto as taxas aplicadas pela milícia que detém o poder ilegal da violência dentro daquele espaço. O Estado não mata quando o IPTU não foi pago. A milícia, sim. Desta forma, precisamos compreender como esses grupos se popularizam, substituindo o aparato jurídico e coercitivo do Estado do Rio de Janeiro, principalmente na Baixada Fluminense.

Esse destaque se dá pela crescente extração de petróleo na região na década de 60, o que atraiu a atenção do governo militar, que interferiu diretamente na política local. O período do regime militar teve papel crucial nas dinâmicas políticas e na opinião pública fluminense. Nova Iguaçu foi a cidade com maior interferência política do governo militar. A perseguição política, a cassação de mandatos por militares, assassinatos políticos eram fenômenos corriqueiros na região. Alves (2002) relaciona o aumento da letalidade na região com a o advento da ditadura militar. Segundo ele:

A estrutura de execuções sumárias, construída apartir do final dos anos 60 na baixada Fluminense, correspondente à base de um modelo de dominação política estabelecida pelo poder local e relacionada com os interesses “supra locais” de outros grupos políticos, Estado, sistema de justiça, setores econômicos e processos eleitorais associam-se na construção dessa forma de poder extremamente permeável ao uso da violência àqueles que a empregam. (ALVES, 2002, p.25)

Com a interferência militar na Baixada, ocorreu uma reestruturação dos arranjos de poder locais, substituindo as tradições clientelistas muito arraigadas na região e com elas, o controle da ilegalidade. Jogo do bicho, prostituição, contravenções passaram a ser controlados por novos agentes públicos que delegaram a Polícia Militar o poder coercitivo.

Outro detalhe sociodemográfico está referente à concentração da população negra na Baixada Fluminense, o que expressa o processo de periferização muito mais concentrado na população negra e conseqüentemente, uma exposição muito maior à fatores sociais de risco como a pobreza, analfabetismo, inacessibilidade à serviços públicos e à violência. Nesse ambiente de insegurança e descrédito no sistema estatal, os embriões da milícias se proliferam exponencialmente.

Nos anos 50, o advogado alagoano Tenório Cavalcanti torna-se um figura populista de grande relevância na Baixada. De origem nordestina, sua história representava o eleitor médio da Baixada Fluminense. Foi membro da UDN, desempenhou 4 mandatos de Deputado Federal até a cassação de seu mandato durante o regime militar. Como Deputado estadual, foi autor de diversos projetos de lei voltados para a população local, priorizava o assentamento de migrantes nordestinos e a melhoria de sua qualidade de vida, o que lhe rendeu grande apoio nas regiões periféricas de Caxias.

Segundo Israel Beloch (2018) em sua tese de Mestrado analisa a ascensão de Cavalcanti devido aos seus posicionamentos violentos que representavam a insatisfação popular frente a ausência do Estado na contenção da desordem. O então “Rei da Baixada” encontra legitimidade popular e influência política para estruturar suas ações de perseguição a opositores, resultando em cerca de 25 assassinatos, sendo um deles, o assassinato do delegado Albino Imparato.

O Delegado paulista Albino Imparato, foi imbuído pela elite caxiense de deter o “Homem da Capa Preta”. No transcurso das investigações que relacionavam Tenório aos assassinatos na baixada, Imparato foi metralhado em frente a sua residência em 1953. Os crimes tinham uma assinatura clara: as munições de uma submetralhadora MP-40. A “Lourdinha” era a alcunha da metralhadora que lhe foi dada por uma figura emblemática do o Regime Militar, o General Góis Monteiro.

Góis Monteiro, também alagoano, era um dos militares mais próximo de Vargas. Com vasta experiência militar apoiou a repressão de diversos movimentos e levantes, sendo adotado pelo Governo Varguista e designado para o Ministério da Guerra. Depois, foi um dos articuladores do Plano Cohen e do Golpe do Estado Novo. Ele estendeu suas relações com Tenório, tornando-se um grande padrinho político. Esta figura tem forte influência na proteção de Tenório quando o mesmo sofreu forte perseguição das classes policiais e da elite econômica fluminense após o fatídico episódio do homicídio do delegado Imparato. Devido a proteção de Góis Monteiro e outros padrinhos políticos, Tenório permanece em seu mandato parlamentar.

Mesmo cercado de padrinhos políticos e militares, Tenório não escapou da perseguição política e teve seus direitos políticos cassados. Durante um discurso na Câmara dos Deputados, o então deputado federal Antônio Carlos Magalhães, membro da elite política brasileira, ao proteger Clementi Mariani das acusações de corrupção feitas por Tenório, o confrontou: “Vossa excelência pode dizer isso e mais coisas, mas na verdade o que vossa excelência é mesmo, é um protetor do jogo (do bicho) e do ienocínio (prostituição), porque é um ladrão.” Em resposta, Tenório sacou seu revólver e ameaçou mata-lo em plena sessão, o que não se consumou após o mesmo alegar que “só matava homem”. Esse foi um evento emblemático na política brasileira, na qual, explicitou-se o comportamento violento e intempestivo desempenhado por parlamentares no exercício de suas funções parlamentares.

Cavalcanti representa uma relação muito forte entre o pensamento conservador violento e a adesão popular nas classes mais periféricas. Segundo ele:

Eu, quando dou um tiro na barriga da perna de alguém, é porque ele tá maconhado e é uma cobra venenosa que eu não posso deixar solta na rua (...) Os covardes é que se omitem e deixam o cachorro louco e a cobra venenosa agredir o indefeso. Tem que matar o agressor injusto, que é injusto não só contra você mas contra toda a coletividade. (BELOCH, 1986, p.70)²

Tenório Cavalcanti nunca mais retornou a vida pública, mas se tornou um ícone da legitimação da violência que se perpetua até hoje em discursos efervecidos da “Bancada da Bala”, que atraem não apenas indivíduos explicitamente relacionados a grupos criminosos, mas também parcela relevante da população que se sente vítima da violência.

O medo e a sensação recorrente de insegurança leva grande parte da população à adesão de discursos violentos e possivelmente à linchamentos. Em um Estado onde a pena de morte não é constitucional, ainda assim, existe a prática não legislada dessa pena por parte dos agentes do Estado. Conforme pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública³, dentre um espaço amostral de 3625 pessoas em 217 municípios brasileiros, cerca de 60% dos entrevistados concordam com o jargão “Bandido bom é bandido morto”, famosa frase difundida como slogan da campanha eleitoral do então Delegado de Polícia José Guilherme Godinho, o Sivuca⁴. Sivuca foi integrante do grupo de extermínio *Scuderia Lecoq* nos anos 80.

Os índices da pesquisa apontam que a maior taxa de concordância se concentra no sexo masculino, dentre as faixas de idade acima dos 60 anos (em suma, pessoas nascidas nos anos 50 e 60), com menores níveis de escolaridade e em moradores de municípios com menos de 50 mil habitantes. O então diretor do FBSP, Renato Sérgio de Lima (2016), conclui que a atuação policial varia de acordo com a quantidade de habitantes. Em cidades menos populosas, o envolvimento da polícia com a comunidade é muito maior e o crime é menos incidente, logo, quando ocorre, gera maior comoção popular e maior adesão da ideia de execuções.

Os anos 60 são a aurora dos grupos de extermínio, os quais se proliferam intensamente devido a leniência do Poder Público, porém, seu ponto de origem ainda é amplamente discutida pela comunidade acadêmica. O que pode-se determinar é que sua incidência inicial concentra-se em locais periféricos e marginalizados como a Baixada Fluminense. Segundo Alves:

“Do fornecimento de carteirinhas de Oficiais de Justiça “*ad hoc*” e acautelamento de armas apreendidas pela Justiça a membros de grupo de extermínio, por parte de juizes, até a condução falaciosa dos inquéritos policiais e eliminação de testemunhas, o mecanismo monstado garantia para além do consenso a sua perpetuação” (ALVES, 2002, p. 18)

² Israel Beloch. Capa Preta e Lurdinha – Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986, 196 págs.

³ Pesquisa na íntegra: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, agosto, 2016, p. 125.

⁴ Matéria na íntegra: <https://www.dn.pt/opiniao/o-slogan-do-delegado-sivuca-17536656.html/>

Os grupos de extermínio são um sistema de justiça paralelo que se organiza dentro das corporações policiais (civis e militares) captando policiais da ativa e da reserva, além de moradores insatisfeitos com a criminalidade locais, que estariam dispostos a realizar uma “limpeza social” por meios violentos para garantir o bem estar na localidade.

No contexto da ditadura militar, as operações ilegais e paralelas se popularizam por meio das polícias, que adotavam um papel de complemento das ações do Exército (segundo a Lei 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que define as polícias militares como forças auxiliares e reserva do Exército), na repressão popular. Devido suas formações possuírem forte cunho militar e, muitas vezes, serem realizadas por instrutores militares, a aplicação da lei conforme os princípios da legalidade, necessidade e proporção se confundem com aplicação da violência por todos os meios e para um único fim.

Em 1956, a popularidade dos assaltantes Luiz Fernandes, vulgo “Carne Seca” e Geraldo Fonseca de Souza, o “Diabo Loiro”, crescia no Sudeste e no norte do Paraná. Suas ações aterrorizavam a população que temia as invasões e furtos violentos. Em resposta ao aumento de crimes na região, o General Amaury Kruehl constituiu o Serviço de Diligências Reservadas (SDR), um grupamento especial que adotava métodos ilegais para caçar e executar criminosos. Rapidamente, nota-se uma drástica queda no número de assaltos, quando os policiais do SDR executam os famosos criminosos.

A eficiência das ações do SDR possui motivos obscuros: a ausência de controle sobre as ações violentas dos policiais e a bonificação altamente lucrativa pela morte dos criminosos. O Esquadrão da Morte nascia dentro do Estado, era financiado pelo Estado e amparado por ele, para sanar problemas que legalmente, o Estado não conseguia. Como exemplo, em 13 de novembro de 1968, ocorre um cerco ao assaltante Roncador, conforme narrador pelo Jornal O Globo:

Dezenas de soldados da Polícia Militar executaram ontem de manhã, em Caxias, o assaltante Roncador no momento em que (...) saiu da galeria de esgotos onde estava refugiado desde a noite de anteontem. Um sargento gritou que pusesse as mãos na cabeça, e êle, indefeso, atendeu; os soldados imediatamente despejaram-lhe uma saraivada de balas. Roncador caiu de joelhos, o corpo todo tremendo (...), enquanto os PMs continuavam atirando sem parar. Depois o major Homero Campos chegou perto e anunciou em voz alta (...): “Êste é o fim de todo bandido”. (O GLOBO, 1968)

A fatídica atuação policial não produziu punições aos alvos de Roncador. Mesmo rendido e sem apresentar ameaças a tropa, o que incorreu em um evidente desrespeito à Constituição então vigente:

Art. 234. O emprego da força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga. Se houver resistência da parte de terceiros poderão ser usados os meios necessários para vencê-la ou para defesa do executor e seus

auxiliares, inclusive a prisão do ofensor. (BRASIL, 1969)

Essa leniência se coaduna quando o então promotor de Nova Iguaçu e delegado da 3ª Região Policial, a qual abrangia a Baixada Fluminense, Péricles Gonçalves declarou que policiais não precisavam se esconder no anonimato para executar os “inimigos da lei”⁵. E se o policial executasse criminosos, seria condecorado por atuar em legítima defesa. Gonçalves, inclusive, pressionava a imprensa para conter a disseminação de narrativas que criminalizassem as ações policiais. Essa era a salvaguarda que os grupos de extermínio precisavam para expandir seu poder irregular sob a égide estatal.

No entanto, de acordo com Mello (2021) as ações violentas do Esquadrão da Morte começam a incomodar alguns grupos, o que incidiu em uma ineficaz comissão especial de Investigação, que se propunha a apurar apenas um número irrisório de crimes frente à quantidade real imputada ao Esquadrão. Como resultado, a comissão seria arquivada sem muitos resultados práticos.

A arbitrariedade com relação aos desvios dentro nas corporações não possuem caráter homogêneo. Em 1974, o então governador Raimundo Padilha (ARENA) ordenou a demissão de policiais acusados de torturar comerciantes durante um plantão. Essa ação teve uma mensagem clara aos policiais: a impunidade não é mais uma garantia. Segundo o Deputado Estadual Airton Rachid (ARENA), os policiais não podiam mais combater a criminalidade como antes pois temiam a exoneração.

A estrutura dos grupos de extermínio não está atrelada unicamente ao poder público. Em diversas investigações como no caso da Rua das Flores, nota-se um padrão nas execuções. A atuação criminosa dos policiais também resulta de um financiamento das operações ilegais por comerciantes locais para atingir seus interesses particulares, camuflados pelo forte corporativismo e proteção da imagem policial frente à opinião pública. Esse corporativismo produz forte pressão em testemunhas, jurados, promotores, juízes e políticos, os quais temem a violência policial ou se beneficiam dessa estrutura. Assim, os contornos do crime organizado se delineiam dentro das corporações, subvertendo exponencialmente a burocracia pública para garantir a perpetuação dos seus negócios.

No entanto, para compreender as origens desses grupos de extermínio, é necessário estabelecer as estruturas psicossociais que sustentam e legitimam os comportamentos que culminam na deterioração das instituições de Segurança Pública. No subcapítulo seguinte, analisa-se como a formação militar comum incide no modo de agir coletivo da classe policial.

⁵ Matéria na íntegra: <https://amaerj.org.br/noticias/nova-tipologia-da-violencia/>

2.2.O Pensamento Social Policial

“Infante é Guerreiro que mata Guerrilheiro. Com a faca entre os dentes, esfolia ele inteiro...com a faca entre os dentes a ordem era matar, a pele do inimigo eu pus no mastro da bandeira, e hoje eu sou chamado de Faca na Caveira!”. Essa é uma das mais diversas canções militares que cotidianamente são entoadas em treinamentos militares. As canções militares são elementos muito presentes na cultura militar, as quais têm por finalidade a marcação da cadência da tropa durante corridas, marchas e demais atividades, além de evidenciar o entusiasmo do militar e o espírito corporativista. São frases que despertam consciente ou inconscientemente ideais de violência na formação militar.

A canção supracitada faz referência a um período de intenso emprego das Forças Armadas em operações contra-guerrilha e combate irregular, como o combate à guerrilha no Araguaia, nos anos 70⁶. Essas operações foram marcadas pelas táticas violentas, torturas e desaparecimentos forçados cometidos por militares. Ainda assim, esses feitos são celebrados com heroísmo pelas tropas.

As ações paralelas das milícias da 1ª geração (aquelas que visavam o narcotráfico como o inimigo absoluto, e não como cooperador) são norteadas por um comportamento em comum⁷. Um modo de pensar que baliza militares e policiais em suas ações, modo de falar e até no seu modo de vida particular. Essa perspectiva particular é referente a um conjunto de ideias e experiências que permeiam a subcultura policial por meio de fenômenos comuns à atividade de segurança pública como a formação militar, a exposição cotidiana à violência e os empirismos que, por vezes, se afastam da legalidade.

Segundo Muniz (2001), as corporações policiais, historicamente, compreendem sua atuação como exércitos estaduais garantidores dos interesses estatais (e por vezes, privados) minimizando os interesses da sociedade em geral, como uma herança muito forte das políticas coronelistas. Desta forma, as Polícias Militares se apresentam como um órgão de repressão e controle social que tenta legitimar a violência como efeito inerente da atividade policial.

As bases do pensamento social policial remontam à Era Vargas, na qual, as forças auxiliares estruturam uma maior relação com os órgãos federais de repressão aos movimentos

⁶Período abordado com maior profundidade pelo historiador Hugo Studart aborda em seu livro *Borboletas e Lobisomens Vidas, sonhos e Motes dos Guerrilheiros do Araguaia*. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Borboletas-Lobisomens-Hugo-Studart/dp/8526504908>

⁷No livro *Rio Sem Lei*, de Hudson Corrêa e Diana Brito, é definido o processo de mutualização da Narcomilícia, a partir de 2011, culminando em uma “superbactéria criminal”. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Rio-sem-Lei-transformou-organiza%C3%A7%C3%B5es/dp/8581304028>

dissidentes (Nóbrega Júnior, 2010). Dentro de um governo ditatorial, o Estado necessita de forças repressivas mais eficientes, de forma que possuam maior capilaridade na atuação ostensiva e investigativa. Consequentemente, as polícias se aproximam das Forças Armadas e passam por um processo de militarização, norteando-se pela lógica da guerra ao “inimigo interno”, o elemento subversivo tido pelo comportamento desviante, mas nem sempre criminoso. Porém, quando essas instituições assumem papéis de apoio às atividades de busca do **SNI (Serviço Nacional de Informações)**⁸, sua capacitação truculenta nos contornos militares toma forma. Seus treinamentos e formações profissionais possuíam forte influência da doutrina das Forças Armadas e consequentemente, dos militares que ostensivamente realizavam torturas e explorações.

Um exemplo dessa associação é o Capitão da reserva do Exército Brasileiro, Aílton Guimarães Jorge. O capitão Guimarães, desde seu egresso da **Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)**, voluntariou-se para atuar na repressão de movimentos políticos durante o regime militar, no qual destacou-se como na avaliação dos seus comandantes como: “inteiramente imbuído do objetivos revolucionários, por um Brasil melhor, livre da corrupção e da subversão”. Segundo o historiador Elio Gaspari:

“Tinha 29 anos, era filho de um guarda-civil a quem acompanhava ainda criança em suas rondas pela Zona Norte do Rio. Fora um cadete aplicado e bagunceiro na Academia Militar das Agulhas Negras, Saíra em 15 numa turma de 69, com 7,5 de média e 35 dias de cadeia. Caíra na intendência, passaporte seguro para uma carreira banal. Seu primeiro comandante vira nele uma “versatilidade que muito o recomenda” e “uma honestidade a toda prova”. Bom de bola, sambista, frequentador do Cordão do Bola Preta, metera-se por gosto nas ações de polícia política da PE...Um ano depois, num tiroteio em Vila Kosmos, levava um tiro na perna e tornara-se o primeiro oficial ferido em combate com terroristas.” (GASPARI, 2002, p. 372)

No contexto de sua atuação na Baixada Fluminense, Guimarães desenvolveu fortes relações com contraventores do Jogo do Bicho em troca de informações relevantes contra os revolucionários políticos e posteriormente, ganhos financeiros. Gaspari, no livro *As Ilusões Armadas A ditadura Escancarada* (2002)⁹ escreve a biografia de Guimarães, repleta de ações criminosas associadas a furtos, sequestros, homicídios até sua ascensão na Máfia do Bicho. O bicheiros financiavam suas operações paralelas para caçar opositores e rivais locais, além de realizar diversas operações de contrabando com apoio de outros militares e armamentos do Exército. Aílton legitimava suas ações como buscas e operações contra os inimigos comunistas, no entanto, isso não impediu que o Comando do I Exército tomasse ciência dos

⁸ O SNI foi a agência de inteligência e segurança de maior atuação durante a ditadura militar (1964-1985).

Centralizando elementos de diversos órgãos de segurança, o SNI desempenhou papel fundamental na repressão e vigilância de opositores políticos do regime, por meio de métodos ilegais para monitorar, interrogar e prender.

⁹ Trecho na ítegra em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/89955ef8e43de1f54aba061374228802.pdf>

seus crimes. Apurou-se internamente os fatos e todos os militares envolvidos foram inocentados.

Segundo Paiva (2004), durante seu período no Exército, o Capitão Guimarães ministrou palestras e capacitações para policiais civis e militares sobre técnicas avançadas de interrogatório, as quais eram aplicadas em presos políticos. Todos o conheciam por ostentar o conhecimento dessas técnicas e aplica-las sem nenhum temor de ser reconhecido, diferentemente de outros militares.

Em 8 de outubro de 1969, o Capitão realizou uma instrução sobre técnicas de tortura para mais de 100 agentes de segurança pública, na 1ª Companhia de Polícia do Exército. Em relatos à Comissão da Verdade do Rio¹⁰, testemunhas declaravam que haviam cerca de dez presos políticos para servirem como cobaias (mais conhecidos como presos teste) para as técnicas e instrumentos de tortura.

Nesse contexto de instrumentalização das técnicas avançadas de interrogatório, o SNI projetou sua fama para as outras ditaduras sulamericanas e exportou o conhecimento produzido nas experiências em território nacional. Em seus relatos a Comissão Nacional da Verdade em 2014, José Alves Neto apresentou detalhes sórdidos sobre as ações executadas pelo Estado Brasileiro. No contexto da “Operação Condor”, na qual visava promover a cooperação e coordenação entre ditaduras da América do Sul, a forte cooperação de agências de inteligência e forças de segurança do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, tinha como finalidade a coordenação de ações repressivas de opositores políticos e dissidentes dos regimes ditatoriais.

Diversos presos brasileiros foram levados para o Chile e para Argentina com a finalidade de servir como exemplo nas demonstrações da “tortura brasileira”.

“...por esses 4 brasileiros pra poder mostrar inclusive, além de pedir informação, eles queriam também mostrar ao Exército chileno como se torturava. Choque elétrico, pau de arara, essas coisas todas que eram uma forma de mostrar como se tira informação. Aulas de como se tira informação. Nós éramos cerca de 100 brasileiros, e uma parte de nós fomos torturados só para servir como exemplo de como se torturar.” (Comissão Nacional da Verdade, 2013)

Durante os anos de ditadura, o Estado Brasileiro institucionalizou a tortura e a violência desproporcional como parte das operações policiais e militares, com o fulcro de defender a soberania nacional contra as ameaças políticas. Ao findar os anos de repressão da ditadura, a

¹⁰ Realizada em 2015, a CEV-Rio foi criada pelo governo estadual para apoiar os estudos relacionados à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988.

organização militar exerce forte pressão na Constituinte de 1988, o qual mantém as estruturas de uma segurança pública militarizada. Segundo Zaveruscha:

“Na primeira versão do artigo 142 os militares perderam o papel de guardiões da lei e da ordem. O ministro do Exército, General Leônidas pires Gonçalves, ameaçou zerar todo o processo de redação constitucional. Temerosos, os constituintes acharam por bem ceder e o papel de garantidores da lei e da ordem voltou a aparecer na nova versão do referido artigo.” (Zaveruscha, 1998, p. 128-129).

Não obstante, ainda ocorrem diversos episódios em ações desastrosas do ponto de vista humanista, porém, altamente eficientes do ponto de vista do controle social, que culminam em excessos da tropa como a recente Operação Verão¹¹ que deixaram 56 civis mortos. Os altos índices de letalidade policial são comemoradas por governantes como elevados índices de eficiência. Esse comportamento se reafirma quando a violência da atividade policial é protegida pela salvaguarda do combate estatal ao narcotráfico a todo custo.

Como já exposto, a formação militar, por vezes, incentiva o uso da violência e de um forte comportamento corporativista, de proteção a colegas mesmo quando estes destoam da lei e dos direitos humanos. A subcultura policial estimula a truculência e a corrupção, devido à ausência de *accountability* e fiscalização do Poder Público (Arruda, 2003), além de uma compreensão distorcida de superioridade ante à população, o que gera um crescente distanciamento da sociedade que o policial deveria proteger.

Essa sensação de superioridade permanece mesmo quando o militar mora dentro de uma comunidade. Seu senso de dever é conservado pela ineficiência da segurança local, assim, emerge um sistema de controle territorial por parte de lideranças locais insatisfeitas com a erosão de sua qualidade de vida.

A medida de efetividade das polícias varia de acordo com a área e a classe social em que atua. Segundo estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)¹², as operações por buscas de drogas concentram-se em bairros de maioria negra (85% das operações) e com renda média de até 1,5 salário por pessoa (91% das operações). Em regiões mais periféricas, com índices de desenvolvimento humano mais baixos, as ações policiais tornam-se mais repressivas, em contrapartida, essas operações, em áreas de maior renda, apresentam-se mais ostensivas e preventivas.

Essa realidade reflete uma profunda seletividade socioeconômica nas ações repressivas

¹¹ A Operação Verão foi uma série de ações combinadas da Polícia Civil e Militar de São Paulo. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/baixada-santista-apos-56-mortes-governo-de-sp-encerra-operacao-verao>

¹² Matéria na íntegra: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/busca-da-pm-por-drogas-e-maior-nas-casas-de-negros-e-pobres-do-que-nas-de-brancos-e-ricos/>

do Estado ante as populações periféricas devido aos valores e preconceitos inculcados nas formações policiais. Assim, cresce de importância compreender os aspectos históricos, psicossociais, econômicos e políticos que fazem da Zona Oeste carioca, um território exposto à exploração de forças paramilitares.

3. ATUAÇÃO E CONTROLE DA ZONA OESTE

A Zona Oeste é um amplo território, centenas de comunidades e centenas de milhares de cidadãos porém, com profundos problemas de desenvolvimento devido ao afastamento e as barreiras geográficas que a cercam. Um território extremamente complexo que possui seu próprio ecossistema social, desta forma, é fundamental analisar essas particularidades para compreender a trajetória que os irmãos Guimarães trilharam na dominação territorial e populacional.

Figura 1: Mapa do Município do Rio de Janeiro (Distribuição de Zonas Administrativas)



Fonte: elaborada pelo autor (2024)

A zona oeste é a região mais populosa e a maior em extensão territorial. Segundo o Censo IBGE de 2022¹³, 2,9 milhões de pessoas (47,4% do total) habitam a área. Se fosse um município seria o terceiro mais populoso e se fosse um estado, seria o 20º mais populoso da federação. Sua área corresponde à cerca de 74% da área total do município, e entre os anos de 2000 e 2013, possui a maior expansão de área construída do Rio (16,8%), no entanto, a densidade demográfica local ainda a menor, o que denota uma grande concentração de áreas inabitadas.

Composta por 43 bairros, a parte oeste da cidade concentra bairros como Barra da Tijuca, Campo Grande, Santa Cruz (aonde estão situados grandes complexos industriais), evidenciando uma severa discrepância socioeconômica. Nesse contexto, a Zona Oeste abriga

¹³ Dados da Pesquisa IBGE: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2024/03/21/rio-de-janeiro-populacao-zona-oeste-zona-mais-populosa>

diversas comunidades carentes e a origem da maior milícia do Rio, a Liga da Justiça.

3.1. O Mapeamento do domínio

Devido ao histórico rural e latifundiário da zona oeste, a expansão imobiliária ocorre de forma tardia e desordenada, concentrando a população periférica nas áreas mais próximas as linhas de transportes que se interligavam ao centro da cidade. Desta forma, bairros de Grande e Santa Cruz tornaram-se as duas regiões administrativas mais populosas e com maior extensão territorial do Rio de Janeiro, de acordo com o IBGE. Os relatórios da CPI das Milícias e do Disque-Denúncia confirmam que a área de atuação referente à Liga da Justiça compreende inicialmente os bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Segundo o Censo do IBGE de 2010, essa microrregião detinha cerca de 347 km² e mais de 1 milhão de habitantes, sendo mais populosa que 14 das 27 capitais nacionais.

A área estudada é dividida pela prefeitura como a 18ª Região Administrativa de Campo Grande compreende os bairros Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos, 19ª Região Administrativa de Santa Cruz compreende Paciência, Santa Cruz e Seropédicano e a 26ª Região Administrativa de Guaratiba, contendo Barra de Guaratiba, Guaratiba e Pedra de Guaratiba. No entanto, a influencia de Jerominho e Natalino se expande por comunidades como Jardim Bangu e Cancela Preta (pertencentes à Região Administrativa de Bangu), Vargem Grande entre outras.

Analisando os dados do IBGE¹⁴ desta região durante os anos 2000, período de grande incidência das milícias, pode-se concluir que os bairros de Santa Cruz e Guaratiba eram as regiões administrativas onde concentravam os menores Índices de Desenvolvimento Humano, em uma média de 0,700 a 0,750. Em termos de comparação, a localidade com menor IDH era o Complexo do Alemão com 0,711, o qual vivia sobre intensos conflitos territoriais entre o Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando (TC). Os índices do campo educacional também se mostram concentradas entre os 0,662 e 0,684.

Campo Grande é um grande centro urbano na periferia carioca. Distanto mais de 50 km do centro da cidade, tornou-se o centro administrativo, econômico e político local. Mas seu crescimento atípico se dá pelo crescimento populacional, o espraiamento e periferização em áreas desabitadas da Zona Oeste. O histórico de baixos investimentos da Prefeitura, permitiu um passado agrícola recente (até 1960, a Zona Oeste era considerada uma zona rural

¹⁴ Dados do IBGE 2000:

[https://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1172_%C3%ADndice%20de%20desenvolvimento%20humano%20municipal%20\(idh\).xls](https://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1172_%C3%ADndice%20de%20desenvolvimento%20humano%20municipal%20(idh).xls)

do Rio), o qual sofre profundas transformações e intensa especulação imobiliária, porém, a criação da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1878 foi o marco inicial do desenvolvimento da região, a qual permitiria o maior fluxo de bens e serviços na área.

Na década de 60, o então governador Carlos Lacerda inicia um programa de remoção de favelas da Zona Sul e readequação de moradias na Zona Oeste, uma nova área em expansão. Sem o devido planejamento e organização pública, as famílias são realocadas na área, porém, tornam-se mais periféricas. Sem trabalho, sem transporte público, sem hospitais, nem escolas, essas famílias sofrem uma expropriação pelo Estado. Assim, formam-se as comunidades da Vila Aliança e Vila Kennedy, contidas na Região Administrativa de Campo Grande.

Campo Grande apresenta-se com uma realidade um pouco distoante de Santa Cruz e Guaratiba, possuindo índices melhores, no entanto, ainda medianos quando confrontado com as realidades de outros bairros tradicionais do Rio, com um IDH de 0,810, segundo levantamento do IBGE. Observa-se que os bairros Campo Grande e Santa Cruz-Guaratiba possuem diferenças socio-demográficas profundas, refletindo uma atuação estatal diferente nas duas localidades.

Em relação à atividade policial, dentro do intervalo de abril de 2003 a dezembro de 2010, ocorrem diversas reestruturações administrativas das áreas de responsabilidades estudadas. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio, a região se organizava na 2ª RISP, subdividindo-se na 39ª AISP (Campo Grande e Guaratiba) e 27ª AISP (Santa Cruz). Nesta área, estão organizados 3 DPs: na 27ª AISP (Santa Cruz) ficava o 36º DP e na 39ª AISP (Campo Grande e Guaratiba) ficava o 35º DP (Campo Grande) que posteriormente, foi desmembrado na 43º DP (Santa Cruz).

Mesmo com a presença policial, o número de vítimas de homicídios dolosos apresenta índices bem altos. Segundo dados da ISP/RJ¹⁵, em 2003, foram 327 casos em Campo Grande e Santa Cruz. Esse dado evidencia uma concentração de ações criminosas nesse local, causando uma profunda sensação de insegurança da população mesmo com a presença policial.

Essas características contornam uma realidade de afastamento da presença estatal na periferia, que historicamente, permanece vulnerável a fatores de risco como a pobreza, a falta de educação, o desemprego, o narcotráfico, a violência. Não obstante, quando o Estado se faz presente é por meio de uma política de enfrentamento violenta e ineficiente que produz

¹⁵ Dados ISP/RJ: <https://www.data.rio/documents/5e15538d3a1b47e7a356463a324b21b7/about>

mortes de policiais e principalmente, de civis. Segundo relatório do ISP-RJ, na 27ª e 39ª AISP ocorreram 5 mortes de PMs e 3 PCs, enquanto 400 pessoas foram mortas por algum agente do Estado. Uma média de 50 pessoas mortas por mês. Em Santa Cruz, ocorreu uma incidência de operações letais duas vezes maior que em Campo Grande e Guaratiba, apresentando uma média de 34,62 pessoas mortas em operações do Estado.

Considerando ainda que, a 39ª AISP apresentava em seu relatório de 2004 uma taxa de incidência de homicídios dolosos de 44,3, a 27ª possuía uma taxa de 79,6. Além disso, o combate narcotráfico em Santa Cruz se mostra muito mais intensa com um saldo de 1255 apreensões de drogas enquanto 653 foram realizadas na região de Campo Grande, que é muito maior e mais populosa.

Segundo o pesquisador da UFF, Daniel Hirata (2021):

Uma atuação dentro dos limites da lei produz um efeito de policiamento melhor e previne tanto a brutalidade como a corrupção policial. Porque, a partir do momento que você tem à sua disposição a vida das pessoas, você pode também negociá-la e transacioná-la no mercado que, aqui no Rio de Janeiro, nós chamamos de “arrego”. Essa é a própria lógica de funcionamento das milícias. Elas funcionam por meio desses mercados de proteção/extorsão. (Hirata, 2021, p. 261)

Esta prática foi muito utilizada por membros de corporações policiais em comunidades como Santa Cruz, popularizando o termo “Polícia Mineira”, a qual minera o “ouro” no tráfico.

Pode-se concluir então, que Santa Cruz, possuindo um dos menores IDH da região e menores efetividades educacionais, por conseguinte, tornaria-se uma localidade muito mais violenta, com maior letalidade policial e mais propensa a vulnerabilidades sociais. Esta realidade subjuga a população local a um regime que se legitima com o discurso de “combate ao crime”, criando territórios de excessão nos quais, os direitos civis dos moradores são cerceados.

E sob a perspectiva desses moradores que têm seus direitos tolhidos pela dominação de forças paramilitares, esta parte do texto visa compreender a articulação e ascensão dos movimentos milicianos e como são aplicadas suas leis no âmbito da comunidade.

3.2. Sob o olhar do sitiado

“Há uma boa receptividade porque são filhos da comunidade, ninguém reclama, pelo contrário, até gosta porque se sentem seguros. Eu sei que essa não é a forma correta, mas é aquilo, a falta do poder público na área é complicada.”

(Entrevistado 7, Inhoaíba)

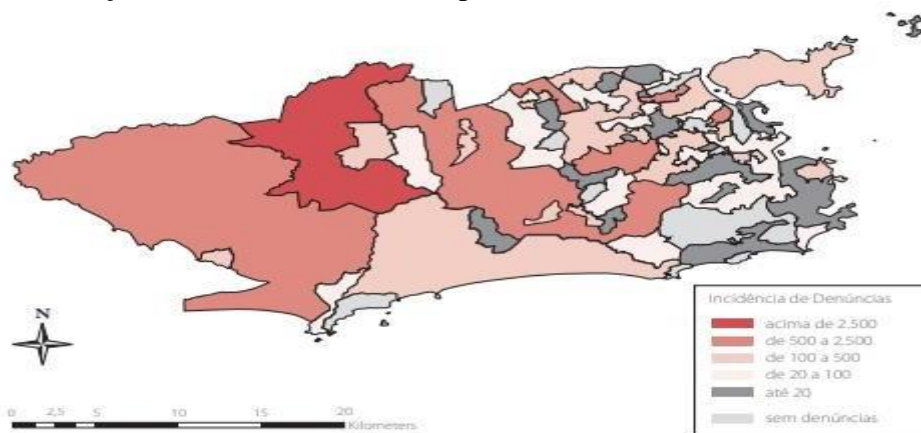
O Disque denúncia foi uma ferramenta muito utilizada pelo Estado carioca na investigação e desarticulação das milícias, no entanto, apenas em 2008 foi criada uma linha de denúncias anônima exclusiva para apuração desses crimes, o Disque Milícia. Este foi implementado de julho a novembro de 2008, para subsidiar os trabalhos de apuração da CPI das Milícias, complementando assim, os dados do canal principal. Nas 18ª, 19ª e 26ª Regiões Administrativas somam 245 denúncias referentes à atuação das milícias.

Para compreender a perspectiva de quem vive sob a vigência de um estado paralelo, olharemos os dados fornecidos pelo Estudo “No Sapatinho – A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-20011]”. O referido trabalho é fruto de uma colaboração entre os pesquisadores Ignácio Cano, a Fundação Heinrich Boll, LAV-UERJ, Justiça Global e uma gama de pesquisadores do campo da Segurança Pública. A Pesquisa se utiliza dos dados fornecidos pelo Relatório da CPI das Milícias¹⁶, Disque Denúncia, matérias jornalísticas e entrevistas realizadas com moradores de comunidades dominadas, agentes de segurança pública e magistrados de diversas áreas do Rio de Janeiro, com a finalidade de obter uma amplitude do olhar tanto dos moradores, quanto das autoridades sobre o fenômeno das Milícias.

Segundo mapeamento do Disque Denúncia realizado entre 2006 a 2011, nota-se a concentração dessas denúncias em alta incidência nos Bairros da Zona Oeste como: Campo Grande (5075 denúncias), Santa Cruz (2299) e Jacarepaguá (1900). Campo Grande era o bairro com maior concentração de denúncias tanto no Disque Denúncia quanto no Disque Milícia de toda a região Metropolitana.

Na figura 2, são apresentadas concentrações de denúncias por bairros do Rio de Janeiro. Percebe-se uma intensidade muito maior nos bairros da Zona Oeste e Norte do que nas demais zonas.

Figura 2: Distribuição de denúncias recebidas por bairro (Janeiro de 2006 a Junho de 2011)



¹⁶ ALERJ. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no estado do Rio de Janeiro (Resolução nº 433/2008). Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/01/relatorio-final-cpi-das-milicias-marcelo-alerj-2008.pdf>

Fonte: CANO, 2012, p. 33.

Em relação à natureza das denúncias, em um espaço amostral de 770 denúncias, a extorsão é a característica mais comum (71,3%) enquanto as ameaças vêm logo em seguida, em 148 dos casos notificados, no entanto, os homicídios (29 casos), currais eleitorais (27), a *gatonet* (15), venda ilegal de gás (7), grilagem de terrenos (4), agiotagem (3), expulsão de moradores (3), transportes alternativos irregulares (1) são o portfólio dos serviços mais prestados pelas milícias.

Em maio de 2008, 3 jornalistas do jornal “O Dia” foram sequestrados e torturados por milicianos na comunidade do Batan, na Zona Oeste carioca. Eles realizavam uma reportagem em sigilo para captar a atuação da milícia no local. Esse incidente produziu grande pressão da mídia e de vários setores públicos o que culminou na CPI das Milícias, encabeçada pelo então Deputado Marcelo Freixo. Porém, os castigos exemplares não deixaram de surtir efeitos na população. As pesquisas que viriam a ser realizadas naquele mesmo ano e posteriormente, em 2011, demonstram uma grande apreensão dos moradores em falar sobre as milícias, inclusive, muitos deles declinaram a participação na pesquisa por medo de represálias dentro da comunidade.

Segundo o estudo do Pesquisador Ignácio Cano, o temor dentro da comunidade é fator determinante para a realização de uma etnografia. As milícias, aparentemente, inspiram muito mais medo de consequências nos moradores do que o tráfico de drogas. Muitos dos entrevistados além de se negar a conceder as entrevistas, apresentaram declarações dúbias e contraditórias, declarando total ausência de milícias em localidades comprovadamente dominadas por elas. No estudo, Cano afirma que:

“Em uma ocasião, entrevistadores foram intimidados por uma pessoa, que mostrou interesse aparente em participar da entrevista, e tiveram de deixar o local. Dados obtidos posteriormente permitiram confirmar que se tratava de um miliciano.” (CANO, 2012, p 56)

Foram realizadas duas pesquisas: uma em 2008¹⁷ e outra em 2011¹⁸. As entrevistas realizadas na Região de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba em 2008 foram 14 entre 47 entrevistas (29,7%) e em 2011, 10 de 46 entrevistas captadas (21,7%). Para os objetivos do

¹⁷ CANO, Ignacio (2008) “Seis por Meia Dúzia?: um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas ‘Milícias’ no Rio de Janeiro” em Justiça Global (org.) Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. Pg. 48-103.

¹⁸ CANO, Ignacio. (2012) “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2012. https://br.boell.org/sites/default/files/no_sapatinho_lav_hbs1_1.pdf

nosso trabalho, utilizaremos apenas as entrevistas captadas em nossa área de pesquisa. Conforme um dos entrevistados afirma, o modo de atuação de outras milícias é muito diferente da Liga da Justiça, em Campo Grande.

Em Campo Grande, minha prima mora lá o preço era diferente, era 25. Mas lá é outro, é outra forma de atuação. Era totalmente diferente da Praça Seca.

Entrevistador: Como assim diferente?

Olha pelo que eu soube era mais violento assim. Haviam sei lá, casos de pessoas que não pagavam e assim os caras ameaçavam, ou então teve o caso que fuzilaram a casa do cara. Mas assim, eu acho que era pessoas em particular. Eu acho que não era o grupo que mandava ir fazer isso. Porque isso pode ser até, as pessoas vão pagar, mas eu acho que é meio idiota, porque querendo ou não eles têm que ter o apoio da população, porque chega outros caras, lá vem, vem com paternalismo. Vem e toma a região lá. Vem e toma assim, nem precisa empunhar armas, é só através da influência. Ele é um bom cara, um bom sujeito, vai e toma a região. É mais válido você ser legal com a população.

(Entrevistado 38, Campinho/ Jacarepaguá)

Essa forma de atuação mais “paternalista” é muito presente na forma como Natalino e Jerominho garantiam o apoio das suas bases nos bairros dominados. Por meio da construção de centros comunitários, eventos de distribuição de cestas básicas e discursos populares de afastar o tráfico e a violência da comunidade. Inclusive, Cano (2012) afirma que a prisão de Jerominho e Natalino foi relativamente mais “fácil” devido à notória aparição deles na construção e manutenção de centro comunitários.

Desta forma, as novas gerações se projetam nas histórias de policiais moradores da comunidade, que ganham espaço impondo o respeito pela função policial que exercem. Isso gera um forte incentivo ao ingresso nas forças de segurança pública e na replicação dos métodos já consolidados da milícia.

Ele foi um desses meninos que investiu na educação, se eu posso dizer assim, pra entrar pra polícia. Era um rapaz bacana, respeitador, inteligente, e que quando colocou uma arma na cintura, virou, se deixou levar.

Entrevistador: Como se deu esse processo dele?

Foi muito rápido. Como eu disse pra você, no início, foi muito rápido, é muito rápido. Eles se sentem poderosos, se sentem donos do bairro. “Porque eu estou tomando conta do meu bairro, nada de mal vai acontecer comigo, porque o deputado tal e o vereador tal estão comigo...”. E não foi isso que aconteceu.

Quando ele viu que as coisas estavam difíceis, ele começou a andar desarmado, quis sair, tentou sair, mas aí, a própria milícia...

Entrevistador: Estava difícil em que sentido?

Ele viu que iria morrer, ele percebeu que as coisas... Que o dinheiro que ele ganhava com tudo isso não era legal. Ele tem agora três filhos, o primeiro que era meu filho e depois disso ele teve duas meninas. E ele começou a sentir medo de perder a própria família. Aí, ele tentou sair. Com trinta e oito anos, ele foi morto, com muitos tiros e perto da casa de onde morava. O filho estava pertinho.

(Entrevistada 42, Campo Grande)

A forma como a violência socializa é muito semelhante no tráfico ou na milícia. O *Ethos* guerreiro capta o ideário infanto-juvenil ao formar a imagem do guerreiro, protetor do seu espaço, ostentando poder armado, ascensão econômica e o aumento do interesse feminino.

Entrevistador: Você consegue identificar um miliciano andando na rua?
Os carros que eles se utilizam e o modo deles se vestirem, todo mundo sabe.

Entrevistador: Como é o modo de vestir?
— *Pessoas bonitas, que falam bem, sabem se posicionar, não têm medo de nada, geralmente têm um som muito potente nos seus carros, a gente sabe que é a milícia.*
(Entrevistado 42, Campo Grande)

Como já abordado nos capítulos anteriores, a população local percebe a expansão do poder e influência desses policiais locais, porém, em um primeiro momento, sua atuação é bem vista pela comunidade ao combater a presença de bocas de fumo, assaltos e o ingresso de jovens em facções enquanto o Estado não consegue combater-las. As milícias se fortalecem nas deficiências estatais.

Quando a milícia estava entrando, dominando, começou o domínio, há cinco ou seis anos, teve muito desaparecimento. Colegas meus que não apareceram até hoje. Quase dez anos e a gente não sabe o que aconteceu.
Porque o que é chamado de milícia hoje, isso já existia. Qualquer policial militar que morasse no seu bairro, tinha aquela cultura de ‘cuidar do bairro’. Então, eles matavam, sumiam com a pessoa... Agora é que tem esse nome ‘milícia’.
Que as pessoas conhecem como milícia. Porque a gente sabe que a prática é muito antiga. Mas agora as pessoas vêem a milícia como aquela que domina pelo medo. E a entrada dos vereadores, dos deputados, juntamente com seus policiais. Mas essa coisa de sumir pessoas no bairro, isso é antigo.

(Entrevistado 42, Campo Grande)

A Liga da Justiça apresentava majoritariamente um caráter conservador, combativa ao tráfico e ao consumo de drogas dentro da comunidade:

Eles perguntam, como se for falar que também é muito escuro, eles pergunta também pra ver se vai responder, abordar não chega não. Se tiver errado, se tiver usando alguma coisa, aí eles abordam sim. Pega a droga, se tiver usando droga, dá umas porradas e manda de volta pra casa, deixam até de castigo.

Entrevistador: Lá tem castigo lá?
— *Tem.*

Entrevistador: Como é que são esses castigos?
— *Ficar em casa, deixa em casa e só vai sair depois com dois meses, três meses, quatro. Aí, isso aí são regras deles lá mesmo, eles que fazem na hora. Não tem voz alta pra todo mundo ouvir e saber qual a regra deles não.*

(Entrevistado 40, Carobinha/Campo Grande)

No entanto, o tráfico não é o único problema que ameaçaria a “ordem na comunidade” tão prometida pelas milícias. A ideologia que norteia as ações comuns se pauta em valores altamente preconceituosos e homofóbicos:

Há um tempo tinha um, lá não é normal ter morador de rua por que assim, lá é como se fosse roça, interior mesmo. Mas há um tempo atrás tinha um rapaz morador de rua e um rapaz morador de rua homossexual. Aí foi morto.

Como foi morto esse homossexual. Então, assim eu creio que pode ter um envolvimento deles, aquilo que eles acham que foge a ética, que foge a moral ou que vai ameaçar as famílias, eles tentam assim de alguma forma eliminar, resolver.

(Entrevistada 27, Santa Cruz)

Além disso, a forma como esses indivíduos aplicam as suas normas na comunidade é oriundo de ambientes majoritariamente masculinos, logo essas concepções arcaicas e machistas norteiam as relações:

Tem uma lá que eu fiquei impressionado, ela levou, mas levou muito tapa na cara, da cara ficar inchada. E ela contou pra minha cliente, que é amiga dela, o que é que houve, que ele estava dando em cima de outra. Ela foi se meter e ele bateu nela e ficou por isso mesmo e ela ainda está com ele.

Entrevistador: E a milícia não age nesses casos?

Não, quando se trata da mulher não. Porque é aquela coisa assim, pra mulher é sem vergonha. O homem não, o homem é o pegador, o homem pode tudo, tanto que tem homens lá que tem duas, três famílias.

Entrevistador: E a milícia não se intromete?

Não, interessante pro homem, pro homem eles não se metem, ele pode, o homem pode tudo, é cultural isso lá. A lei Maria da Penha, acho que nem existe lá.

(Entrevistado 7, Inhoaíba)

Esses relatos delimitam a percepção de um comportamento em comum, o qual, inicialmente age de forma ostensiva, sem receios de andar pela comunidade agindo como agentes provedores da ordem e da moral. Isso se aplica, inclusive, nas ameaças e castigos exemplares como demonstração de forças para o controle de comportamentos desviantes, que não necessariamente são crimes. Mas seu principal objetivo é o domínio territorial para garantia do lucro e exploração compulsória, por meio de taxas e serviços clandestinos, mantendo assim o seu poder local.

Eu tinha o meu comércio, aí uma vez eu fiquei até espantada, o Alexandre, que hoje é o que tá morto, ele chegou e falei assim “pô, a mulher fez o cabelo e tá devendo quarenta reais pra mim, aí inclusive ela falou pra mim, Alexandre, que o esposo dela trabalha com Jeromim”. Parece que era assessor, um negócio assim.

Ele, “como é que é?”. Ele na mesma hora, na minha frente pegou o rádio, ligou pro Jeromim. Não sei se era mesmo o Jeromim, pela voz devia ser e começou a falar:

“tá devendo aqui a menina, R\$ 40, aí falou o nome dele”. Que eu não lembro mais, “é o fulano que trabalha aí contigo”. “Não, não trabalha aqui comigo não, vai atrás dessa mulher agora, vai atrás do marido dela. Se ele não pagar, quebra ele”. Eu fiquei apavorada, falei “pelo amor de Deus não, não vai quebrar ninguém, R\$ 40, não”. “Sério, vai ter que pagar, vocês recebem, vai ter que pagar a gente também”.

Eu fiquei apavorada, eu falei “não, não, não faz isso não”. “Não, eu só vou conversar com ela e tal”. Aí quando foi no dia seguinte, eu abria a loja 8 horas, a mulher já estava desde as 7 lá com o dinheiro na mão, tremendo. “Olha aqui o dinheiro, porque o Alexandre foi lá em casa dizendo que se eu não pagasse ia matar o meu marido, que ia me matar, quanto manda?” Eu falei “eu não mandei nada”, eu fiquei apavorada.

Eu falei pro Alexandre. “Mas você não recebeu, não foi bom?”. “Mas não precisava fazer isso não cara”. Nunca mais eu falei nada pra ele [risos] quem quiser que dar calote que dê, eu falei “não”.

(Entrevistada 4, Amazonas/ Campo Grande)

Essa exploração do comerciante interno se fundamenta de muitas formas. Uma é a ameaça velada, a qual se concretiza no não pagamento da taxa e conseqüentemente, na inação da milícia em proteger o estabelecimento, logo o crime é atribuído a terceiros, mesmo que falsamente. Outra forma, é ameaça ostensiva na qual os milicianos cobram diretamente o morador e todos sabem que o crime foi cometido por eles.

Eu consegui ver uma diferença entre a milícia e a facção. A milícia eu acho, não vou botar que é melhor, eu não vejo armamento, eu não vejo droga, eu... é isso, eu acho bom por essa parte. Eu não concordo com o fato de cobrar os comerciantes, porque tem comércio lá que começou por baixo. E aí eles chegam agora, acha que tem muito dinheiro e já começam cobrar. Então, eu não concordo com isso, mas eu não tenho nada a dizer assim ó é um absurdo. O que a milícia faz, não sei o que, eu não tenho nada a dizer deles não.

(Entrevistado 39, Inhoaíba)

Era obrigatório, assim se você não pagasse, assim, eles abriam mão, ou até eles armavam mesmo, até o que faleceu, ele falava “eu vô manda alguém vir aí, se não pagar eu vô manda alguém vir aí”. Porque às vezes eu brincava, “eu não vou pagar esse mês não”. Não paga que às vezes eu mando alguém vir aqui e roubar a tua loja. Aí eu “pô, eu to brincando”. Aí eu pagava, mas sabia se ele tava falando a verdade ou não.

(Entrevistada 4, Amazonas/ Campo Grande)

Depois do episódio de tortura dos jornalistas no Batan, as milícias entraram na mira da mídia e conseqüentemente, do Poder Público. As investigações realizadas pela **DRACO**, as novas circunstâncias decorrentes da CPI das milícias, produziram nas lideranças um grande receio de desarticulação do seu modelo de negócio. Então, adota-se uma postura velada, mais comedida em relação as violências na comunidade:

Ali ninguém vê nada, ninguém passa na rua e vê um cara morto, uma pessoa morta, ninguém vê. Eles pegam, botam na mala do carro, levam e eles fazem as coisas tudo no sapatinho. Uma outra vez teve um tiroteio lá de madrugada, no outro dia seguinte ninguém sabia o que era o que é que teve.

Já dessa vez saiu no jornal, tudo porque o pessoal que está tentando invadir, e está insistindo, insistindo, aí por isso saiu no jornal. Aí a polícia teve que ir lá, por isso saiu no jornal, porque geralmente a milícia ela é sempre assim tudo no sapatinho, tudo no escondidinho.

(Entrevistado 39, Inhoaíba)

Em 2008, após o episódio da tortura dos jornalistas na comunidade do Batan, o governo sofre forte pressão da mídia para enfrentar o domínio dos milicianos, o qual passaria a ser contestado de forma mais eficiente. Porém, antes disso, os policiais que ousassem lançar investidas contra a milícia eram afastados ou sofriam sanções:

Eu pedi essa prisão, eu tinha pouquíssimo tempo de policial, mas verifiquei que estava bem configurada uma situação de homicídio qualificado, pedi a prisão desse miliciano, que era um policial militar, e eu sofri uma perseguição muito grande. Esse inquérito, assim que eu consegui a prisão desse miliciano, que logo depois que eu pedi a prisão, descobri que ele era tão poderoso que andava até com... Como era dito na localidade, ele andava num Omega, o veículo Omega australiano, blindado.

[...] No dia seguinte à prisão, o inquérito foi avocado pelo Chefe de Polícia, que à época era Álvaro Lins, para a delegacia de homicídios daqui da capital. E na delegacia de homicídios, eles começaram a trabalhar no inquérito no sentido de tirar a culpa, a responsabilidade do miliciano e empurrar a responsabilidade para mim, dizendo que eu teria coagido aquela vítima, a testemunha, no sentido de dizer falsamente que foi aquele policial o autor dos disparos.

(Delegado 1)

O Chefe de Polícia Álvaro Lins, citado na entrevista, foi uma das figuras dentro das corporações policiais que mais protegeram as milícias dentro do aparato estatal. Após a sua indicação pelo então Governador Garotinho para assumir a Chefia de Polícia Civil, Lins aparelha um sistema de proteção complexo às milícias. Esse apoio lhe concedeu amplo apoio das milícias, projetando-se as cadeiras legislativas com mais de 105 mil votos, concentrados nas Zonas Eleitorais de Jacarepaguá.

Sua prisão desencadeou um processo de sedimentação que culminou na ruína das estruturas milicianas conforme ratificado pelo ex-vereador Nadinho, líder da milícia do Rio das Pedras e forte aliado de Jerominho e Natalino. A prisão de Lins foi devastadora para os irmãos Guimarães, pois sua salvaguarda jurídica havia sido derrubada. Foi o início da deterioração da estrutura da Liga da Justiça, no entanto, o processo de “ganhar mentes e corações” adotado por Jerominho e Natalino dentro das comunidades, ainda os garantiam capital político para se elegerem e lançar candidaturas de seus apoiadores.

Desta forma, no próximo capítulo, analisa-se a trajetória da família Guimarães, emergindo das forças de Segurança Pública, conquistando a confiança popular como líderes comunitários, a estruturando um modelo de negócio que cresce exponencialmente por meio da venda compulsória de serviços, perpassando pela conquista dos cargos legislativos pelos membros da família até as suas condenações e declínio do seu domínio sobre consolidada facção criminosa, Liga da Justiça.

4. OS GUIMARÃES

4.1. A família “Coração Valente”

Neste capítulo, estuda-se a relevante trajetória que os irmãos Jerônimo e Natalino trilham das Forças de Segurança Públicas as quais, os capacitaram para o exercício da violência até a criação da “Liga da Justiça” e por fim, a conquista de espaços legislativos. De forma tão eficiente, essas figuras projetam suas imagens, contando com a permissividade do aparato estatal, para a expansão de seus negócios ilegais, lançando candidaturas de seus familiares, as quais, também possuíam ótimo desempenho eleitoral e muito concentrado nas zonas eleitorais dominadas pelo grupo miliciano.

Em suma, as informações extraídas sobre grupos criminosos, paramilitares e que operam a margem da legalidade, estão concentradas em ambiente jornalístico, aonde se encontra um olhar muito mais sectarizado e voltado para a denúncia dos abusos e crimes cometidos. O trabalho jornalístico, como já mencionado, foi fator preponderante para a denúncia e responsabilização de agentes públicos associados com a criminalidade, como no fatídico episódio da tortura de jornalistas na comunidade Batan¹⁹, na Zona Oeste.

Anteriormente à CPI das Milícias, não são encontradas em abundância informações de fontes oficiais ou originárias sobre o fenômeno das milícias. Em um apurado trabalho de pesquisa em fontes abertas, constroi-se uma observação sobre o fenômeno pela ótica de quem denuncia o problema, a mídia tradicional, que por vezes, infiltra-se nas comunidades para captar *in loco* a atuação e o controle desses novos grupos dominantes.

Desta forma, este capítulo, majoritariamente, se constrói sobre matérias jornalísticas, informações abertas e processos judiciais que envolvam os elementos estudados nesta monografia devido à escassez de informações oficiais e estudos acadêmicos sobre a historiografia da “Liga da Justiça”, a milícia que projetou dentro de uma região com território e população de dimensões municipais, uma rede de relações políticas, econômicas e sociais baseada em laços familiares e corporativismo militar.

Jerônimo Guimarães Filho

¹⁹ No dia 14 de maio de 2008, uma repórter, um fotógrafo e um motorista do jornal "O Dia" foram sequestrados e torturados por milicianos que dominavam a Comunidade do Batan, em Realengo. A equipe estava disfarçada realizando um trabalho investigativo sobre o dia-a-dia dos moradores da comunidade sob o domínio da milícia local. Os três foram torturados por sete horas e meia, com choques elétricos, socos e pontapés. O fato desencadeou grande pressão midiática sobre a atuação do Poder Público em relação as milícias.

As milícias como foram vivenciadas nos anos 2000 surgem da aglutinação de grupos de policiais que incorporam um novo modelo de gestão e dominação territorial na Zona Oeste, local que apresentava um lento desenvolvimento demográfico, com grandes áreas desabitadas, devido ao isolamento geográfico que o Maciço da Tijuca impunha. Após a construção da Avenida Brasil, túneis e a ferrovia, ocorre uma maior integração com esse território atraindo assim migrantes de outros estados, grande parte, nordestinos.

O proeminente Jerônimo Guimarães Filho, popularmente conhecido como Jerominho, foi uma figura controversa no cenário político do Rio de Janeiro. Seu legado está atrelado a relatos de homicídios, extorsões e a criação da maior milícia carioca: a “Liga da Justiça”. Jerominho atuou como policial civil nos anos 70, a era de ouro dos Grupos de Extermínio. Em entrevista ao Jornal El País, o próprio Jerominho afirma que: “Cansei de sair correndo de casa para defender morador, já saía trocando tiro com vagabundo”.

Neste período, não existem muitos registros sobre sua atuação policial, apenas o processo judicial nº 56, iniciado em 1990²⁰, impetrado pelo Ministério Público e julgado no TJRJ, o qual envolviam os Policiais Civis Jerônimo Guimarães e Horácio Nelson dos Reis Barreto, o Delegado Almir Fernandes Alonso e o Inspetor Marco Antônio Lira de Almeida como réus do processo. Este último foi Secretário de Segurança de Niterói e presidente de uma grande escola de samba. Atualmente, todos os citados estão mortos.

O processo relata sobre um suposto crime de concussão e prevaricação denunciado em 8 de março de 1990, cometidos contra Antônio de Freitas Pinto, traficante de drogas, que viria a ser assassinado pouco tempo depois. O crime foi presenciado pelo advogado de Antônio Freitas, o qual declarou que os investigadores tentaram extorquir a vítima para que não fosse detido. Após o ocorrido, o pai de Freitas Pinto presenciou o homicídio de seu filho durante uma conversa com três homens. Além do pai, haviam outras três testemunhas que alteraram seu depoimento durante o julgamento. Em decorrência do fato, o MP solicitou a prisão preventiva dos réus pois acreditava-se na ameaça à vida dos depoentes. Por fim, o processo foi arquivado por falta de provas e os envolvidos seguiram em liberdade. Entre 1990 e 2000, não se tem mais relatos ou informações sobre Jerônimo até o lançamento de sua candidatura para vereador.

Em 2000, Jerominho desponta como uma figura influente na Zona Oeste carioca e conquista seu primeiro mandato como Vereador, possuindo 20.560 votos, concentrando

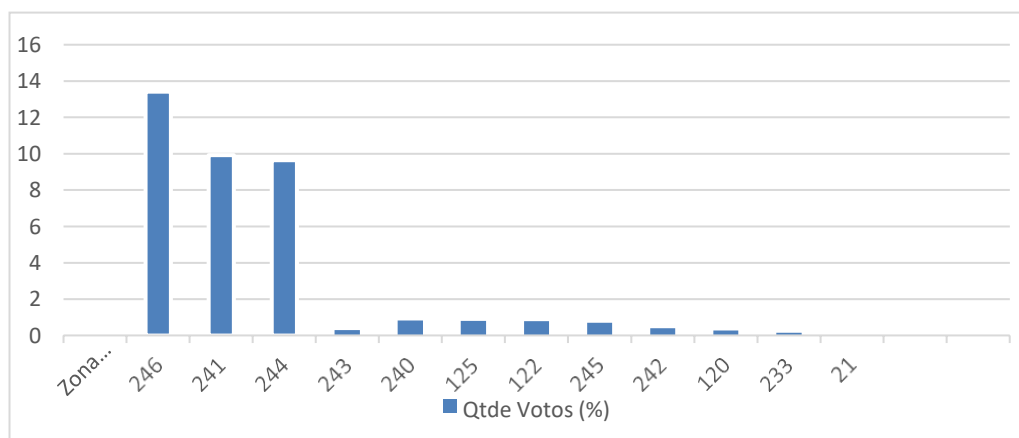
²⁰ Link dos autos do Processo

37,22% dos votos nas Zonas eleitorais 246, 244, 241, 122, 245, 242, 243, 120, 125 e 240.

A correlação de Zonas Eleitorais de interesse de Jerominho, seguem o seguinte padrão:

- ZE 246: Cosmos, Paciência, Campo Grande, Inhoaíba e Santa Cruz
- ZE 245: Campo Grande e Inhoaíba
- ZE 244: Campo Grande e Inhoaíba
- ZE 243: Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba e Guaratiba
- ZE 242: Campo Grande, Inhoaíba e São Jorge
- ZE 241: Cosmos, Paciência e Santa Cruz
- ZE 240: Cosmos, Paciência e Santa Cruz
- ZE 125: Santa Cruz
- ZE 122: Senador Vasconcelos, Campo Grande e Santíssimo
- ZE 120: Senador Vasconcelos e Campo Grande

Figura 3.1: gráfico de concentração de votos em Jerominho por ZE (2000)



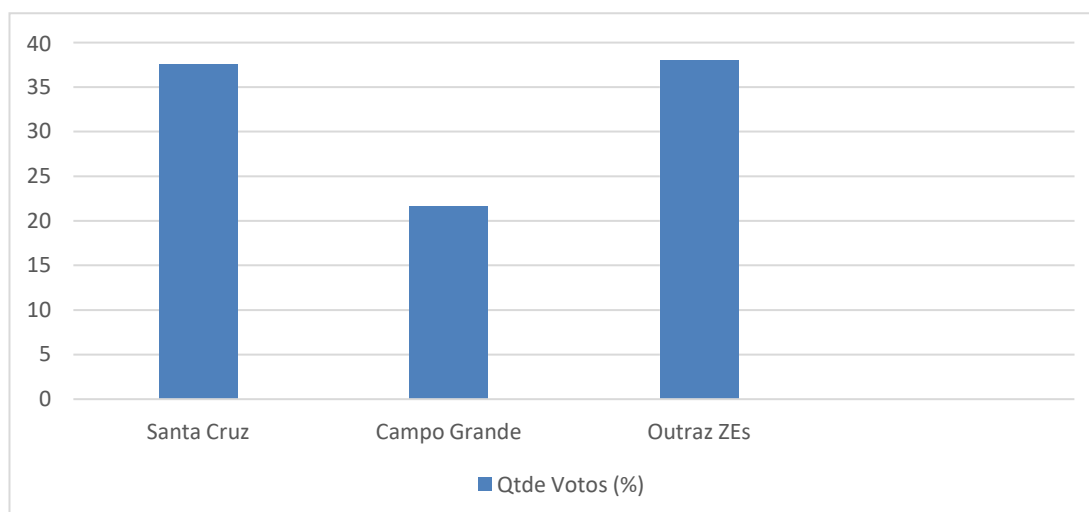
Fonte: TRE/RJ (elaborado pelo autor)

As Zonas 246, 244, 243, 241, 240 e 125 estão localizadas no Posto Agrícola, em Santa Cruz, somam 37,54 % dos votos. As Zonas 122, 245, 242 e 120 estão no West Shopping, em Campo Grande, angariando 21,66 % dos votos. Existem ainda as duas Zonas em Santa Cruz, 125 e 240, que apresentam baixo percentual com 0,48% e 0,47%, respectivamente. O restante das zonas apuradas não apresentam concentrações com padrões regulares e com saldos de votos relevantes para Jerominho, permanecendo, frequentemente abaixo de 1%, a exceção das ZEs 233 e 237 (Magalhães Bastos) e 21 (Olaria) que juntas somam 5,55%.

Quando somadas, todas as outras Zonas Eleitorais fora de Campo Grande e Santa Cruz, apresentam um percentual de 38,02%, índice bem abaixo quando comparado com os votos locais de Campo Grande e Santa Cruz (59,2%). Nas Seções Eleitorais situadas no CIEP

Oiticica, na estrada Guandú-Sapê, o percentual de votos sobe para 30,42%.

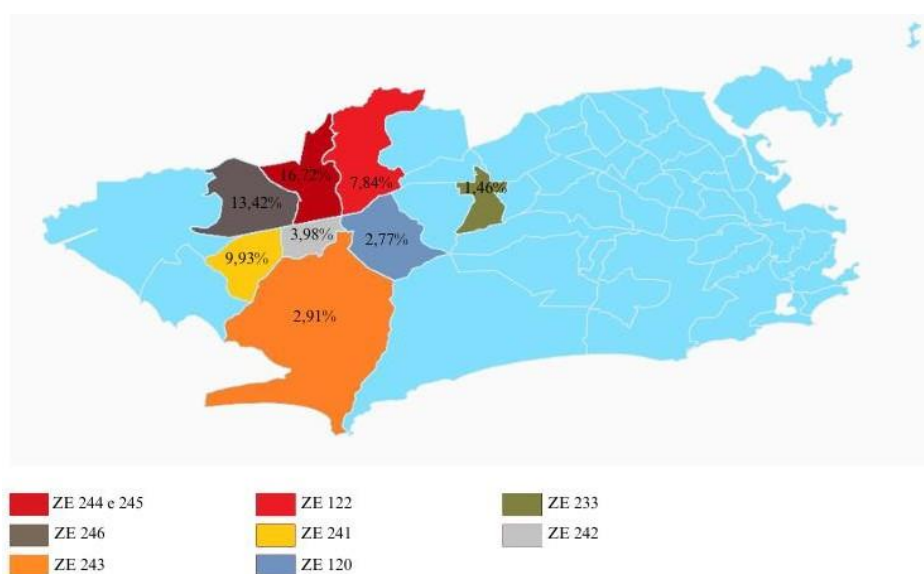
Figura 3.2: Gráfico de concentração de votos por Bairro (2000)



Fonte: TRE/RJ (Elaborado pelo autor)

Essa concentração de votos se dá pela dominação territorial já exercida por Jerominho nesses bairros da Zona Oeste. Principalmente em Campo Grande e Santa Cruz, aonde a Liga da Justiça já expandia sua cartilha de serviços clandestinos. Esses serviços se apresentam como alternativas mais acessíveis à população periférica que sofria devido à dificuldade de acessar a serviços como transporte público, TV por assinatura, terrenos, imóveis e principalmente, a segurança.

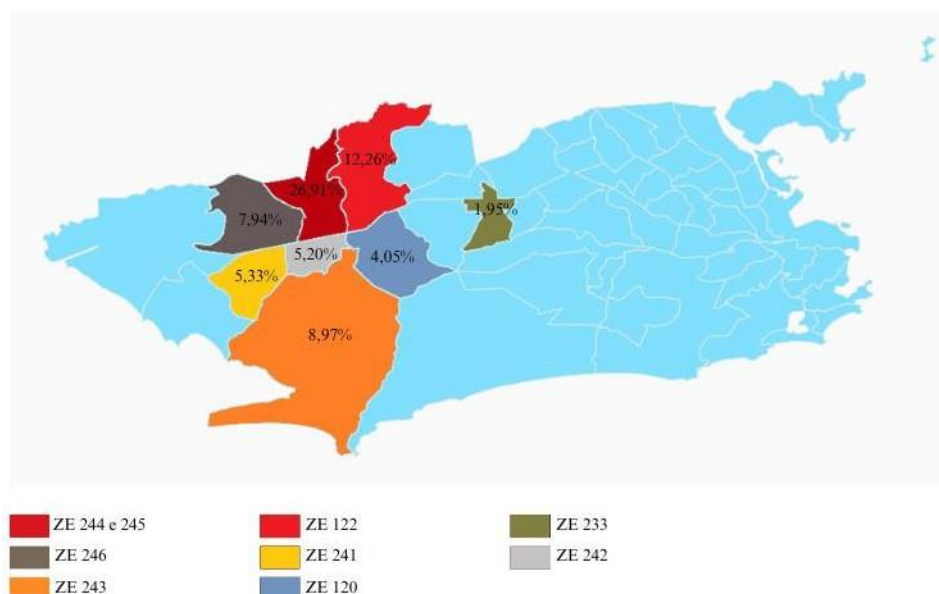
Figura 3.3: distribuição territorial de votos em Jerominho por ZE (2000)



Fonte: TRE/RJ (Elaborado pelo autor)

Em 2000, os votos possuem uma concentração maior nas Zonas 244, 245, 246 e 122. Comparativamente, em 2004, observa-se uma ascensão relevante na zona 243 (referente à Guaratiba), o que denota uma possível expansão de domínio de influência e maior efetividade eleitoral nas ZEs 244, 245 e 122. Esse ganho de apoio resulta de sua atuação parlamentar muito concentrada em incentivos aos seus territórios dominados na 6ª legislatura (2001-2004).

Figura 3.4: distribuição territorial de votos em Jerominho por ZE (2004)



Fonte: TRE/RJ (Elaborado pelo autor)

Jerominho nunca admitiu desempenhar nenhuma atividade ilícita, inclusive, dirigia discursos de enfrentamento aos novos grupos paramilitares, como os que surgiram a partir da Liga da Justiça.

O Bonde do Ecko surge em resposta ao declínio de poder do clã Jerominho. Wellington da Silva Braga, vulgo Ecko e irmão de Carlinhos Três Pontes, assumem a liderança do grupo iniciando as relações com o tráfico de drogas. Lideranças que não são oriundos das forças de segurança pública, no entanto, eram cooptados pelas antigas lideranças a desempenhar serviços básicos na estrutura do grupo. E na ausência dos líderes, eles assumem.

Em entrevista ao Jornal El País²¹, Jerominho diz:

“A milícia é ruim. Esses bandidos que estão aí e são milicianos é ruim pra todo mundo. Não sei que horas eles vão vir aqui querer confronto com a gente, porque a gente desagrada eles.”

²¹ Entrevista na íntegra: Alessi, G. (2019, maio 8). Os fundadores da milícia Liga da Justiça querem reerguer seu império político (e cuidar dos netos). Ediciones EL PAÍS S.L. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/05/politica/1557066247_273526.html

Jerominho rechaça qualquer relação com a Liga da Justiça, no entanto, a subcultura policial permanece tão intrínseca que ele afirmava veementemente que se o governador montasse um grupo pra acabar com a milícia, ele gostaria de comandar a força tarefa.

Natalino José Guimarães

Natalino não possui uma trajetória tão conhecida como a de seu irmão. No entanto, existe um apelido muito comum para designá-lo: “mata-rindo”. Em 2006, concorreu as eleições para Deputado Estadual e conquistou 49.405 votos.

Sua concentração de votos muito similar à de seu irmão, contando com 27.474 votos nas 5 ZEs. Na 245ª ZE, foram 6988 votos (15,67% dos votos válidos), nas Seções Eleitorais do CIEP Nação Xavante, em Vila Nova, ele concentrou 28,75% dos votos. Natalino tinha pretensões de lançar candidatura para prefeitura de Seropédica, município próximo à região de Campo Grande, localizada no extremo Oeste do Rio.

Natalino não possui uma atuação parlamentar muito duradoura, pois foi preso junto com seu irmão e para evitar sua cassação, abdicou do mandato.

Natalino era muito conhecido no âmbito evangélico devido sua carreira de cantor gospel, sendo autor do CD “Pra Falar com Deus”. Natalino possuía concretas relações com o Pastor evangélico e ex-PM, Alexandre de Souza Ferreira, o “Broa”. Broa foi indiciado, em 2008, por realizar um sequestro de 8 pessoas na favela do Batan, o que culminou na tortura e morte de pelo menos 4 vítimas. Posteriormente, os corpos foram localizados em Santa Cruz, reduto da Liga da Justiça. Além disso, Alexandre de Souza era considerado uma das lideranças na comunidade do Batan, o qual realizou intensas ameaças contra moradores em prol do benefício eleitoral²² de Carminha Jerominho.

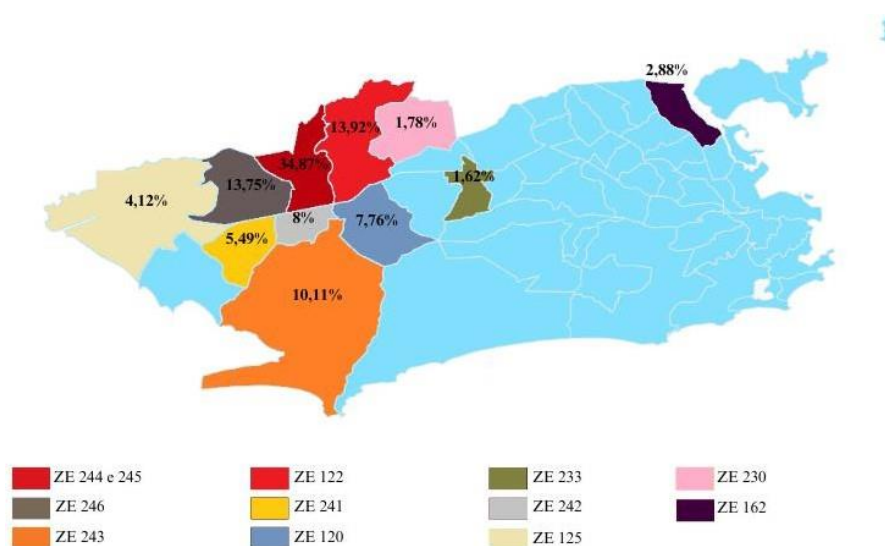
Essa não é a única relação da Liga da Justiça com instituições religiosas. Em 2011, após a prisão de Jerominho e Natalino, a **DRACO** descobriu uma igreja evangélica em Campo Grande, na qual era utilizada como fachada para serviços de agiotagem e adulteração de combustíveis, segundo o Delegado Alexandre Capote. Desde 2007, a igreja era liderada pelo pastor Dijanio Aires Diniz, um dos membros da milícia, o qual era o responsável pelas operações ilegais. Dijanio era um dos PIs, os quais ganharam muito espaço após a prisão de Jerominho e Natalino, porém, ainda se utilizava de ex-policiais militares para executar as ações criminosas. O pastor evangélico era temido inclusive pelos policiais militares que

²² Relato apresentado pela DRACO na Pág. 236 do Relatório da CPI das Milícias.

assessoravam as operações de cobrança.

Natalino foi preso em 2008 junto com seu irmão, após trocar tiros com a polícia que executavam uma operação de busca e apreensão. Após sua prisão, foi expulso do partido Democratas, mesmo partido do então prefeito Cesar Maia. Em novembro de 2008, Natalino renunciou seu mandato para não sofrer a cassação. Natalino foi condenado a 15 anos, no entanto, foram postos em liberdade em setembro de 2018.

Figura 3.5: distribuição territorial de votos em Natalino por ZE (2006)



Fonte: TRE/RJ (Elaborado pelo autor)

Carminha Jerominho

Carminha Jerominho, foi eleita com 22.068 votos, pelo PTdoB, em 2008. Muito conhecida como Carminha *Batgirl*, devido à associação do movimento criado pelo pai com o símbolo do Batman. Segundo Jerominho: “A gente ia nas comunidades e, se não levasse alguém vestido de super-herói para interagir com as crianças, a gente não conseguia andar...A gente vestia o pessoal de Batman, Robin e Mulher Maravilha.”

Carmen apresenta um padrão de votos densamente concentrado nas zonas 122, 241, 242, 243, 244, 245 e 246, que abrangem a área de interesse da Liga da Justiça. Neste cenário, Carminha concentra 51,95% dos votos nominais dentro das ZEs concernentes à Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

Carmen Glória Guinâncio Guimarães (PT do B) é filha de Jerominho e sobrinha de

Natalino, e também foi apontada como uma das lideranças da Liga da Justiça, em 2008. Segundo testemunhas, a Liga da Justiça agia claramente em prol da imposição da candidatura de Carminha. Em depoimento à Polícia, o segurança Carlos Eduardo Marinho dos Santos declarou que haviam ordens diretas de Natalino para executar assassinatos com o fim de coagir à população a votar em Carminha.

Citada mais de 30 vezes no Relatório Final da CPI das Milícias, o caso de Carminha possui mais provas e indícios da coação eleitoral realizada pelos milicianos. Segundo depoimentos ao TJRJ, foram realizadas expropriações de moradores de uma ocupação local com a finalidade de conceder essas mesmas propriedades ilegais para os eleitores de Carminha. Em outro depoimento, Jerominho e Natalino estariam, pessoalmente, ameaçando a população a fazer propaganda política, retirando cartazes de outros candidatos para colocar o material eleitoral de Carminha.

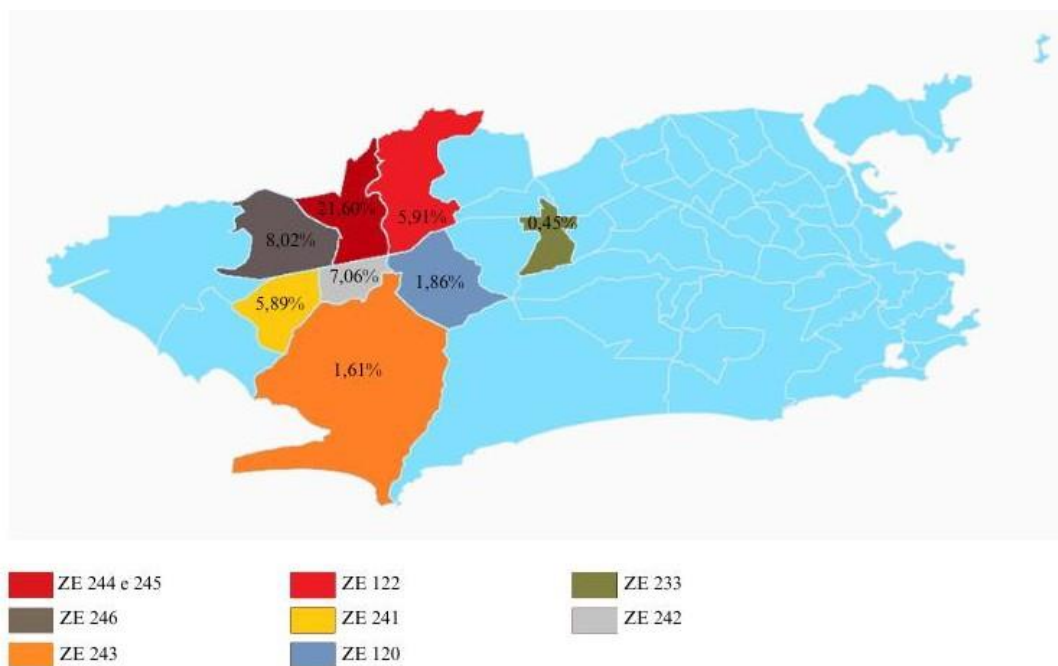
Como já abordado, a tática de promoção da imagem utilizada por Jerônimo e Natalino, não foi diferente para Carmen. Em depoimento no IP 035-05850/2008²³, um dos integrantes da Liga declarou estar em uma reunião com outros milicianos armados e Natalino, para coagir um Cabo fuzileiro naval a ceder o terreno do Parque dos Eucaliptos (Campo Grande) para ser construído um centro social que promoveria a campanha de sua sobrinha.

Carminha foi presa em 29 de agosto de 2008, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito, no entanto, em 9 de outubro do mesmo ano, foi solta após a decisão judicial que considerava não justificada a permanência de sua prisão. Seu cargo foi cassado por arrecadação irregular de verba, porém, em 2011, assumiu a cadeira legislativa por decisão do TRE-RJ. Carminha cumpriu seu mandato até 2012 sem muita expressividade nem muitas atuações parlamentares. Não logrou êxito na tentativa de reeleição tanto quanto em sua última tentativa em 2020, pelo PMB.

Atualmente, Carminha consta na base de dados do TSE em situação regular e filiada ao Partido da Mulher Brasileira. O PMB é liderado por Suêd Haidar e recepcionou em seus quadros Jerominho, Jéssica Natalino (candidata a Vice-prefeito) e Carminha (candidata a vereador), porém, nenhum deles teve sucesso em conquistar cargos políticos.

Figura 3.6: distribuição territorial de votos em Carminha Jerominho por ZE (2008)

²³ Referido na Página 231 do Relatório da CPI das Milícias.



Fonte: elaborado pelo autor.

Jéssica Natalino

Jéssica Rabello Guimarães, filha de Natalino, realizou sua estreia nos pleitos eleitorais em 2020, como vice-prefeita de Suêd Haidar, pelo PMB. Devido às articulações da Operação Sólón, da Polícia Federal, a qual investigava uma relação de investimentos da Liga da Justiça para campanhas eleitorais no Rio, a chapa de Suêd e Jéssica não obteve sucesso nas eleições. No entanto, em agosto de 2019, Jerominho afirmou em vídeos de suas redes sociais que pretendia concorrer as Eleições de 2020 pelo PMB, no entanto, decidiu voltar seus esforços para a campanha da sobrinha.

4.2. Desempenho Parlamentar

Dentre os envolvidos, Jeronimo Guimarães possui grande proeminência e relevante atuação na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Analisando seu desempenho parlamentar, ele foi um vereador muito atuante na câmara. Durante a 6ª e 7ª legislatura, foi autor e coautor de 63 projetos no seu primeiro mandato e 58 no segundo, o qual não se concluiu devido sua prisão. Ao realizar uma clivagem por temas de interesse dos projetos de lei de autoria de Jerônimo, nota-se uma intensidade dos esforços do parlamentar em regular o setor imobiliário, transportes alternativos e obras na região do seu reduto eleitoral.

Durante sua atuação na câmara, foi presidente de duas CPIs referentes a loteamentos e

fraudes imobiliárias e compôs outras 11 comissões temporárias. Comparativamente, Jerominho apresenta um desempenho parlamentar médio maior do que políticos tradicionais cariocas como o ambientalista Alfredo Sirkis e o miliciano Jorge Babu, isso indica um comportamento populista, muito direcionado para atender as necessidades de seu eleitorado e dos empreendimentos paralelos da “Liga da Justiça”.

Dentre os projetos de sua autoria, tem-se 12 direcionados a regulação do setor imobiliário, loteamentos e IPTU; 10 são autorizações para o governo executivo construir postos de saúde, vilas Olímpicas e um Terreiro de Samba, em Campo Grande; 10 concessões de títulos e gratificações a pessoas e organizações; 10 projetos voltados para regulação e incentivo ao transporte alternativo, como legalização de mototaxistas e *kombis*; 10 projetos direcionados à melhoria do atendimento médico no âmbito do município entre outros 31 projetos que visam solucionar diversos problemas.

Em vídeo publicado nas suas redes sociais, Jerominho se defende das acusações de chefiar a milícia local e transformar a Zona Oeste em seu curral eleitoral. Ele afirma:

“Não fui acusado (de pertencer a milícia). São só coisas de “ouvi dizer”. Milicianos para mim são pessoas que são bandidos também. Todo meu trabalho político foi feito aqui na Zona Oeste, onde eu tenho 96% das intenções de voto. Como um miliciano pode ter tantos votos? Eu atendo hoje 160, 200 pessoas por dia na minha porta. Como que as pessoas vão votar em mim, como vão me querer? Não sou esse bandido que a imprensa criou.”

Como já abordado, uma das formas de atuação de Jerominho era a construção de Centros Comunitários e Vilas Olímpicas, nos quais eram realizadas ações de distribuições de cestas básicas e demais ações assistencialistas. Em 2019, Jerominho em outro vídeo nas suas redes, confirma o planejamento da construção do Centro Social Jerominho, em Campo Grande, no qual serão oferecidos serviços médicos, psicológicos, jurídicos, educacionais e capacitantes à população.

O clã Jerominho teve seu declínio na investigação encabeçada pelo Deputado Marcelo Freixo, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no Estado do Rio de Janeiro. Requerida em 2007, a CPI toma corpo quando os repórteres e jornalistas do jornal “O Dia” são sequestrados e torturados na Comunidade do Batan, o que resulta em uma pressão midiática sobre os movimentos paramilitares exigindo uma atitude mais rígida do poder público frente ao domínio exercido pelas milícias.

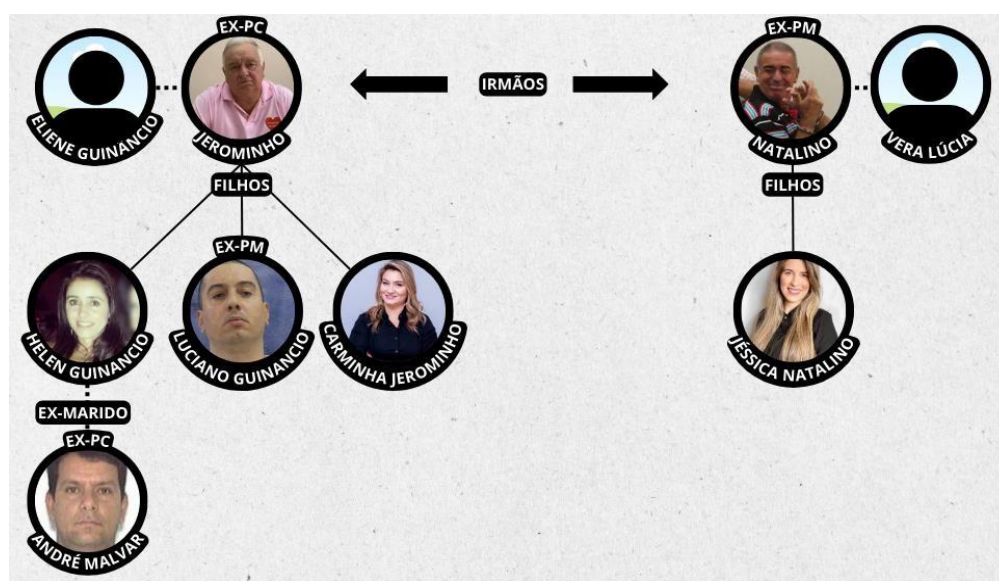
4.3. A Comissão Parlamentar de Inquérito

Antes da conclusão da CPI, dois parlamentares e uma candidata foram presos. O então

vereador Jerominho, em seu segundo mandato; o deputado estadual Natalino Guimarães, irmão de Jerominho e Carminha Jerominho, filha de Jerônimo.

A comissão aponta Jerominho, Natalino e como lideranças da Liga da Justiça Jerominho, Natalino, Luciano Guinancio (filho de Jerominho) e André Malvar (genro de Jerominho) e as possíveis testas e agentes secundários suas esposas Eliene Guinancio (esposa de Jerominho) e Vera Lúcia (esposa de Natalino); seus filhos Carmen Glória (filha de Jerominho) e Helen Guimarães (filha de Jerominho).

Figura 3.7: Organograma da Família Guimarães



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

De acordo com os levantamentos do Disque Denúncia²⁴, foi apurado que existiam, à época, 132 indivíduos relacionados diretamente às ações do grupo criminoso na Região Administrativa de Campo Grande e 140, na Região Administrativa de Santa Cruz, no entanto, esses elementos expandem seus domínios para outras comunidades como no Jardim Bangu e na favela do Batan. Ao realizar um crivo de todos os envolvidos na estrutura da Liga, tem-se aproximadamente 230 pessoas. Deste universo, cerca de 60% são civis (vulgarmente conhecidos como PIs) incluindo, o Zinho, atual chefe da milícia local e suspeito pela execução de Jerominho em agosto de 2022. Cerca de 30% são Policiais Militares e o restante, dividem-se entre Policiais Civis, Bombeiros Militares, Guardas Municipais, inspetores penitenciários e militares das Forças Armadas. O perfil é majoritariamente masculino, porém, são citadas 6

²⁴ Trecho na íntegra na Pág. 157 do Relatório final da CPI das Milícias.

mulheres como integrantes do grupo, correspondendo à uma margem de 0,25% do efetivo da Liga.

A Liga da Justiça é um fenômeno bem-sucedido da cooptação de elementos integrados à estrutura estatal. A articulação de seus negócios ganha maior viabilidade quando indivíduos são cooptados (seja por coação ou corrupção) para garantir a permissividade e até legitimação das ações. Conforme denúncia anônima apresentada no relatório da CPI²⁵ acerca de um esquema de ameaças a gestores escolares à contratar o serviço de fornecimento de merendas exclusivamente da empresa Home Bread Indústria e Comércio Ltda. No relato, a Gerente Administrativa da Região efetuava ligações solicitando à compra na supracitada empresa, com a finalidade de favorecimento familiar. Quando ocorria a recusa do Diretor, o mesmo era pressionado pela autoridade administrativa local e pela presença constante de elementos da milícia, o que culminaria na exoneração do cargo, conforme ocorreu em 3 situações distintas.

A proliferação das milícias foi analisada pela Comissão pela ótica de leniência e, por vezes, incentivo do Estado. O então prefeito César Maia (DEM), em declaração sobre o crescimento das milícias no Município, disse que elas seriam um mal menor que o tráfico, um tipo de “autodefesa comunitária” na qual gerencia a segurança local devido à incapacidade estatal de fazê-lo. Em 2001, Maia nomeou Josinaldo Francisco da Cruz, o Nadinho, como administrador regional de Rio das Pedras, todavia, Nadinho já exercia intenso controle com apoio do Policial Civil Félix Tostes, até que em fevereiro de 2007, Tostes é assassinado em uma evidente execução das milícias.

O delegado Marcus Neves, destaque no combate às forças paramilitares, afirma que também as considerava como um problema menos alarmante que o narcotráfico. Partindo da perspectiva crítica de um agente do Estado imbuído de combater esse tipo de criminalidade, aparentemente, não era tão evidente que as milícias cariocas estariam caminhando para o estágio “*Narcomilicial*”, fenômeno observado no México, no qual as milícias atuam concomitantemente com o tráfico de drogas.

O homicídio de Félix Tostes foi imputado aos Policiais Cíveis André Luiz da Silva Malvar, genro de Jerominho, e Raphael Moreira Dias, com a finalidade de facilitar o controle de Nadinho sobre a região. Malvar também foi protagonista em outro atentado à lideranças milicianas. O Policial Militar “Chico Bala”, acusado de chefiar uma milícia pequena em algumas comunidades de Campo Grande, foi alvo de um atentado de André Malvar, evento que culminou na sua prisão. Esses eventos transparecem uma realidade de disputa de poder, na qual,

²⁵ Trecho na íntegra na Pág 162 do Relatório final da CPI das Milícias.

as milícias não se configuram como um grupo homogêneo, com interesses comuns. Elas se formam com profundas peculiaridades às quais visam a todo custo, a dominação de territórios para a exploração de serviços os quais geram o capital que sustentam seus impérios.

Inegavelmente, a CPI das milícias produziu diversos efeitos socio-políticos tanto nas esferas públicas quanto nas comunidades dominadas, no entanto, ela não foi suficiente para extinguir a proliferação de uma facção gestada no Estado e com um modelo empresarial de expansão. Com um saldo de 225 indiciamentos, as medidas jurídicas e legislativas permanecem insuficientes para a desestruturação das mesmas. O relatório final²⁶ apresentou 58 propostas de medidas estruturais para impedir a perpetuação e infiltração das milícias no aparato estatal, como a fiscalização das empresas que comercializam Gás de Cozinha, articulação para planos mais acessíveis de televisão e telefonia e maior fiscalização sobre serviços pirateados pela ANTEL, criação de comissões permanentes nas Câmaras para apurar o envolvimento de parlamentares com associações evidentes com grupos irregulares.

Algumas medidas foram implementadas como a criação da Secretaria de Segurança do Rio, a tipificação de formação de milícias no Código Penal. No entanto, as políticas públicas de enfrentamento não possuíram efetividade, o que culminou em uma expansão territorial de 357% entre 2006 e 2021. Além disso, no caso da Liga da Justiça, após a prisão das lideranças policiais, o rechaço ao narcotráfico se enfraquece e novos indivíduos emergem assumindo o vácuo de poder. Carlos Alexandre Braga²⁷, vulgo Carlinhos Três Pontes, era civil e foi o responsável por associar a milícia local com o narcotráfico.

Em 2011, segundo relatório do Ministério Público²⁸, relata à associação entre os inimigos históricos: as milícias e o Comando Vermelho. Os irmãos “Minho” (Jerominho) e “Lino” (Natalino) haviam acordado com Fernandinho Beira-Mar uma parceria na qual o CV pagaria advogados para os presos da Liga da Justiça. Em contrapartida, os milicianos seriam permissivos com relação à venda de drogas nos territórios dominados pela milícia.

Como os irmãos Guimarães e André Malvar estavam presos em presídios federais, eles pleiteavam a transferência para o Rio de Janeiro, local ainda possuíam muita influência e controle sobre o grupo miliciano. Inclusive, em 2008, Malvar, após conseguir sua transferência para um presídio no bairro de Campo Grande, ele logra êxito em fugir da cadeia. Essa associação torna-se muito evidente por meio de cartas atluídas à Beira-Mar, chefe do CV.

²⁶ Link do relatório completo da CPI das Milícias: <https://static.poder360.com.br/2024/01/relatorio-final-cpi-das-milicias-marcelo-alerj-2008.pdf>

²⁷ Matéria na íntegra: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/carlinhos-tres-pontes-e-ecko-irmaos-que-antecederam-zinho-na-lideranca-da-milicia-morreram-em-operacoes-policiais-25122023/>

²⁸ Relatório descrito no livro Rio Sem Lei:

Segundo a transcrição de uma das cartas, ele afirma que os milicianos estariam vendendo informações para a facção, além de organizar sequestros de autoridades para barganhar a soltura das lideranças da Liga da Justiça. Esse mutualismo fornece à facção dados que antes eles não tinham acesso como informações sobre delegacias, batalhões da polícia, como se estruturavam operações nas comunidades, policiais que faziam parte da estrutura miliciana.

Posteriormente, durante a operação Capa Preta, um oficial da Polícia Militar é apontado como fornecedor de armamentos aos traficantes do Complexo do Alemão, o que evidencia a aproximação das duas facções constituindo um novo modelo adaptivo na tentativa de perpetuação da Liga da justiça: a narcomilícia.

Em 2017, Três Pontes é morto em um confronto com a polícia e então seu irmão, Wellington da Silva Braga, o *Ecko*, assume a liderança e estabelece ainda mais as relações da Liga da justiça com o narcotráfico, expandindo seus domínio para fora do município. Em 2021, Ecko é baleado e morto durante uma ação da Polícia Civil. No mesmo ano, Zinho, Luis Antonio da Silva Braga, assume o comando da maior milícia do Estado do Rio de Janeiro. Zinho é acusado de comandar o assassinato de Jerominho em agosto de 2022²⁹, desta forma, uma nova onda de milicianos ocupa os espaços que o clã Jerominho deixou vagos.

A proeminente trajetória de Jerominho e Natalino evidencia graves deficiências do Estado em relação aqueles que são capacitados e habilitados para operar a violência nas suas funções legais, no entanto, quando distantes de suas funções, o apego ao uso da autoridade e da violência permanece. Tal como a célebre frase do General Octávio Costa: “A farda não é uma veste que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que se adere à própria alma, irreversivelmente para sempre”.

A aplicabilidade da violência para a manutenção da ordem no bairro ou comunidade em que o policial mora é um dos fatores indicados por Jerominho para a implementação de uma comunidade segura mesmo quando este tira sua farda. Afinal, ele permanece sendo policial após o turno. E isso é reiterado pela população quando buscam algum a casa de algum policial para resolver seus conflitos. Em entrevista ao site Uol³⁰, ele afirma:

“as pessoas quando são assaltados aqui dentro de suas casas, elas não vão correndo pra delegacia não, elas vêm correndo pra minha casa para eu defende-las...em briga de marido e mulher invés de resolver na delegacia ou dentro de casa mesmo, vem aqui pra minha casa.”

²⁹ Matéria na íntegra: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/04/jerominho-e-baleado-no-rio.ghtml>

³⁰ Entrevista na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=iC7ftpyZrOk&t=72s>

A percepção de uma justiça paralela mas resolutiva tende à formar nos moradores a idéia de que o operador de segurança mais próximo é mais eficiente na resolução dos conflitos do que o aparato burocrático estatal. Desta forma, Jerominho permanecia compreendendo sua função de ex-policia! como um mantenedor da ordem na comunidade, conseq!entemente, uma liderança local, por muitos visto como necess!rio e por outros, como criminoso. De todas as formas, seu legado permanece na cultura popular como “Coraç!o Valente”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando a qualidade democrática no Rio de Janeiro e no Brasil, conclui-se que a democracia brasileira não se consolidou. Segundo o Prof. José Maria da Nóbrega Junior (2010), “Semidemocracia”, por definição, é uma situação em que uma democracia “imperfeita” caminha rumo a uma democracia com sólidas e responsivas instituições, a qual apresenta a característica principal de um hibridismo institucional, ora evidenciando aspectos avançados de uma democracia, ora se perdendo em características autocráticas. José Maria reitera que a visão da Ciência Política brasileira é insuficiente ao analisar a Democracia local, derivada de uma perspectiva schumpeteriana, na qual os instrumentos de competição e participação políticas são o foco central, enquanto, as instituições coercitivas (FFAA, polícias, MPs) permanecem em segundo plano (Schumpeter, 1984).

Este estudo evidencia a problemática da insuficiência democrática nos âmbitos de comunidades carentes do Rio de Janeiro (e que se transbordam para diversas outras zonas periféricas que sofrem pela ausência estatal), às quais, estão expostas ao controle e arbitrariedade de instituições coercitivas com *accountability* insuficiente ou ineficiente. Segundo o ex-presidente das Filipinas Fidel Valdez Ramos: “o desafio político para os povos de todo o mundo atualmente não é substituir regimes autoritários por democráticos. É, além disso, fazer a democracia funcionar para as pessoas comuns.”³¹

Partindo desta perspectiva, a democracia se concentra na atuação e participação política, a qual segundo a Lei de Ferro da Oligarquias, o processo natural de toda organização social complexa tende a afastar o poder das massas por meio da burocratização e oligarquização (Michels, 1911), no entanto, isso não impede a formação de novos grupos que irão disputar o poder paralelamente e até clandestinamente, como o caso trabalhado nesta monografia.

Nesse contexto, as instituições coercitivas emergem pois elas que são responsáveis por implementar e aplicar o Estado de Direito democrático. A sua atuação está intrinsecamente relacionada a prática e execução das leis na sociedade.

Esta monografia lança um olhar analítico as figuras que emergem de instituições coercitivas tradicionais, empregando métodos violentos e populistas na resolução de conflitos dentro da comunidade com a finalidade de promover sua imagem como liderança comunitária. Posteriormente, com o sucesso na captação de recursos financeiros e políticos, eles logram êxito ao ascender aos cargos legislativos. Jerominho e Natalino são figuras relevantes para a compreensão de como as milícias se estruturaram.

³¹ Citação retirada de Sen (1999, p. 183).

Por meio de uma capacitação de controle social violento, o miliciano aplica o que o Estado lhe ensinou para estruturar um espaço de excessão onde o seu poder é absoluto tal como um “microfeldo”, no qual, a população dominada depende do miliciano – e exclusivamente dele - para lhe prover serviços básicos e principalmente, a segurança. Por conseguinte, esta monografia apura o contexto histórico que desenvolve o formato embrionário das milícias, por meio dos grupos de extermínio, gestados dentro das Polícias e legitimados pelo Estado para realizar uma limpeza social nas periferias brasileiras.

Em seguida, compreende-se a origem do pensamento norteador dos operadores de segurança pública, os quais conduzem a unificação comportamental e psicossocial daqueles que representam o Estado na garantia do controle da ordem, porém, evidenciando até os dias atuais, os profundos preconceitos e distorções incutidos durante suas formações militares. As mesmas formações que se destacavam em âmbito internacional pela “eficiência” no uso das técnicas avançadas de interrogatório.

Após delineadas as bases de formação dos milicianos, foram analisados os aspectos socioeconômicos que favoreceram o nascimento e a proliferação do poder paramilitar, exportando o *modus operandi* altamente lucrativo para diversas outras áreas do Rio de Janeiro, com a formação de novos grupos milicianos liderados por agentes e ex-agentes do Estado.

No entanto, é fundamental compreender como a população sitiada observa seus “líderes comunitários” e a captando a amplitude dessas opiniões, pode-se trazer a luz, as táticas subversivas, os poderes coercitivos implícitos, as formas de coação eleitoral que esses atores lançam mão para recrudescer seu poder local.

Por fim, no penúltimo capítulo, as biografias dos integrantes da família Guimarães são exploradas com a finalidade de compreender a trajetória realizada pelos mesmos até a formação de um grupo paramilitar, que implementa a dominação territorial, econômica, moral e política com sucesso, construindo ampla proteção jurídica com apoio de elementos internos à burocracia estatal e reinserção nos quadros legislativos, o que produziu medidas políticas que flexibilizassem a fiscalização sobre os serviços fornecidos pela Liga da Justiça e garantindo uma forte imagem paternalista dessas figuras ante à população periférica, que por vezes, se vê esquecida pelo Estado.

O clã Guimarães foi deposto, no entanto, a estrutura das milícias ainda permanece em constante expansão, assumindo novos modelos de negócios, conquistando territórios de facções e aliando-se a elas, logo, conclui-se que o problema permanece alarmente e de medidas de combate mais eficientes.

Jerominho é uma das figuras mais controversas citadas na Comissão Parlamentar de

GABRIEL GARCIA SOUZA DA SILVA

Inquérito que investigou as milícias cariocas. Com atuação parlamentar extremamente ativa e concentrada no seu curral eleitoral, Jerominho pavimenta um meio de “fazer política” que elege familiares, garante proteção jurídica para as atividades criminosas desempenhadas e que, se o seu projeto de poder não fosse impedido, haveria provocado feridas muito mais profundas na sociedade carioca e que evidenciariam ainda mais a semidemocracia brasileira.

Desta forma, ressalta-se que o olhar acadêmico para este fenômeno que se infiltrou entre as brechas da cobertura estatal é de fundamental importância para o subsídio de ferramentas e dados que corroborem e implementação de políticas públicas eficazes ao combate dos grupos paramilitares. Esta pesquisa não se propõe a esgotar o assunto abordado mas, objetiva trazê-lo à luz da comunidade acadêmica. Este é um processo em curso, com resultados ainda não totalmente difundidos, principalmente, no âmbito da ciência política, demandando assim, novos e mais aprofundados estudos sobre a amplitude do fenômeno miliciano e narcomilicial.

REFERÊNCIAS

ALERJ - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no estado do Rio de Janeiro (Resolução nº 433/2008)**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: Acesso em 03 de julho de 2023.

ALVES, José Cláudio Souza. **Baixada Fluminense: violência na construção do Poder**. Universidade de São Paulo. Rio de Janeiro, 1998.

ALVES, José Cláudio Souza. **Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro**. Justiça Global: segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro; Fundação Heinrich Böll, 2008.

ALVES, José Cláudio Souza. **No Rio de Janeiro a milícia não é um poder paralelo. É o Estado**. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2019/01/28/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/>>. Acesso em 19 nov. 2023.

BELOCH, Israel. 1986. **Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada**. Rio de Janeiro: Record.

Crime organizado leva TRE a reforçar segurança em Meriti. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/11/26/crime-organizado-leva-tre-a-reforcar-seguranca-em-meriti.ghtml>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

DA, U. et al. **A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO**. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Franquia do crime: vítimas das milícias sofrem com extorsões e violência no RJ. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-vitimas-das-milicias-sofrem-com-extorsoes-e-violencia-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GAMBETTA, D. **The Sicilian mafia: The business of private protection**. Londres,

England: Harvard University Press, 1996.

HEILBUTH, E.; CONTEÚDO, E. **Estudo mostra que Brasil esclarece só 37% dos homicídios**. Disponível em: <<https://mobilidade.estadao.com.br/na-perifa/estudo-mostra-que-brasil-esclarece-so-37-dos-homicidios/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LATINOBAROMETRO. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LUPA. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2018/05/12/cpi-milicias-politicos>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Mello Neto, D. M. de . (2021). “Esquadrão da Morte”, “Grupos de Extermínio” e os **Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da “Violência Urbana”**. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (52).

MELLO, I. **Ameaçados de morte falam pela 1ª vez como a milícia destruiu suas vidas**. 31 ago. 2022. . Acesso em: 19 nov. 2023

MENDONÇA, Tássia. **Batan: Tráfico, Milícia e “Pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. A Crise de identidade das Polícias Militares: Dilemas e Paradoxos da Formação. *Security and Defense Studies Review*, v. 1, p. 187-198, 2001.

Nóbrega Júnior, J. M. P. da .. (2010). A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. *Revista De Sociologia E Política*, 18(35), 119–130.

<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000100008>

Paiva, Maurício. **O Sonho Exilado. 2ª edição.** Mauad Editora Ltda, 2004

PAIXÃO, Antonio Luiz. **Recuperar ou Punir?: como o estado trata o criminoso.** São Paulo, 1991.

Pesquisa analisa evolução das milícias no Rio de Janeiro entre 2008 e 2011. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2012/11/12/pesquisa-analisa-evolucao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-entre-2008-e-2011>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Seis anos após CPI, deputado diz que pouco foi feito no combate a milícias. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/11/seis-anos-apos-cpi-deputado-diz-que-pouco-foi-feito-no-combate-milicias.html>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Um retrato da multiplicação das milícias - Ciência Hoje. (2022, outubro 10). Ciência Hoje. <https://cienciahoje.org.br/artigo/um-retrato-da-multiplicacao-das-milicias/>

VASCONCELOS. G. **No Rio, quase metade das denúncias eleitorais envolvem milícia ou tráfico.** Valor econômico, v. 21, n. 5137, 27/11/2020. Política, p. A14. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/584638/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. **Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <<http://www.scielo.br>>.

Zaveruscha, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia.** Record. 2005.